



**Escola de Ciências Sociais e Humanas**  
Departamento de Economia Política

**Diáspora Guineense como Agente de Desenvolvimento Local: O papel das Associações Guineenses em Portugal nos Projetos de Cooperação e Desenvolvimento na Guiné-Bissau**

**Bernardino Ambrósio da Costa**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos de Desenvolvimento

Orientadora:  
Doutora Clara Afonso Azevedo Carvalho  
Professora Auxiliar  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

junho, 2016

## **Agradecimentos**

Sendo a fé a maior das virtudes humanas, cabe-me agradecer a Deus, pai todo-poderoso, pelo conhecimento que adquiri ao longo dos meus percursos académicos, e por ter conseguido enfrentar e ultrapassar todas as dificuldades durante a caminhada para concretização do objetivo preconizado.

A minha gratidão vai para todos os meus professores de mestrado, principalmente a minha professora e orientadora que, ao longo desta jornada, soube ter paciência comigo e transmitir-me os ensinamentos de que farei uso com todo o orgulho ao longo da minha vida profissional. Gostaria de agradecer também aos meus familiares: pai, principalmente a minha mãe, que desde sempre tem desempenhado um papel importante no meu percurso enquanto estudante, estando sempre ao meu lado e incentivando-me nos momentos baixos e altos.

O meu apreço vai para todos os dirigentes associativos entrevistados, que disponibilizaram o seu tempo e disponibilidade de modo a participarem neste estudo, por meio de entrevistas abertas realizadas em prol do objetivo da investigação. E não me esqueço também de enaltecer e agradecer o apoio que tenho recebido por parte de Malam Gomes, conselheiro da comunidade guineense junto do ACIDI e que desempenha a função de presidente de ANPRP, o qual me facultou as listas e os contactos de algumas associações de comunidades migrantes guineenses, em Portugal.

O meu agradecimento vai também para o ACIDI, o GATAI (Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes), assim como para a Embaixada da República da Guiné-Bissau em Portugal, que me forneceu listas de associações de imigrantes guineenses.



## **Resumo**

O objetivo desta investigação consiste em abordar as contribuições de associações de comunidades de migrantes guineenses na diáspora no apoio ao desenvolvimento do país de origem, e dos parceiros que apoiam os projetos associativas de âmbito assistencialista para com as comunidades de origem e respetivamente aos conterrâneos no país de acolhimento. E por meio deste serão ainda destacados os futuros projetos de desenvolvimento destas associações.

A migração tem sido uma parte da história que construiu a sociedade guineense. Desde os tempos remotos, que esta pequena parte da população da costa ocidental da África tem demonstrado dinâmica na mobilidade, quer ao nível interno como externo. Mas foi após a independência, alcançada com a luta de libertação nacional, nos anos 80/90, que o país começou a viver um intenso fluxo de imigração com destino para a Europa, principalmente para Portugal; essa crise migratória agravou-se mais com o conflito político-militar de 1998 e culminou com as sucessivas instabilidades político, militar, económico e social dos últimos anos. Tendo em conta a situação e fragilidade do país dos últimos anos, tem-se verificado a dinâmica participativa dos guineenses a nível político, das redes de associações locais e das sociedades civis na procura do tão almejado desenvolvimento da Guiné-Bissau. Tais desejos têm sido manifestados pela sociedade guineense, tornando-se a razão da existência de muitas redes associativas guineenses na diáspora, de diversas naturezas, com o objetivo de complementar o apoio ao programa de desenvolvimento e de bem-estar dos guineenses.

Palavras-Chaves: Diáspora guineense, Migração, Associativismo, Cooperação, Desenvolvimento local, Guiné-Bissau

## **Abstract**

The aim of this research is to address how Guinean associations of migrant communities in the diaspora help support both the development of the country of origin and the partners behind all associative projects assisting the communities of origin in particular, countrymen in the host country. On this basis, these associations' future development projects are to be stressed.

Migration has been a part of the founding history of Guinean society. From the earliest times, this small part of the West African coast population has demonstrated a dynamic mobility, both internally and externally. However, after independence was gained through the struggle for national liberation in the 80s/90s, the country began experiencing an intense immigration flow headed towards Europe mainly Portugal. This migration crisis worsened with the political and military conflict of 1998 and culminated in the repeated political, military, economic and social instability of recent years. Notwithstanding the country's recent fragile condition, there has been a politics-driven participatory dynamics of Guineans in search of the long-awaited development of Guinea-Bissau, be it in local association networks and civil society. Such desires have been expressed by Guinean society and have become the reason for the existence of many Guinean associative networks in the diaspora of diverse nature and aimed at supplementing the program for the development and well-being of Guineans.

**Keywords:** Guinean Diaspora, Migration, Associativism, Cooperation, Local Development, Guinea-Bissau

## Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	<b>i</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>iii</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>iv</b>
<b>Índice</b> .....	<b>v</b>
<b>Índice de Quadros</b> .....	<b>vii</b>
<b>Glossário de Siglas</b> .....	<b>ix</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
Metodologia de pesquisa .....	3
Estrutura da dissertação.....	5
<b>Capítulo I – Reflexão e conceitualização teórico de desenvolvimento</b> .....	<b>7</b>
Problematização teórica do conceito de desenvolvimento .....	7
Evolução do conceito de desenvolvimento segundo as teorias .....	9
Teoria neoclássica .....	9
Paradigma da modernidade .....	9
Desenvolvimento local .....	10
Desenvolvimento humano.....	11
Desenvolvimento integral.....	12
Cooperação para o desenvolvimento.....	12
Cooperação Guiné-Bissau-Portugal no apoio ao desenvolvimento .....	15
Construção teórica da migração .....	18
Impacto da migração no desenvolvimento .....	20
<b>Capítulo II – Guiné-Bissau: contextualização e breve descrição histórica</b> .....	<b>29</b>
História da migração guineense .....	31
Portugal, na rota da imigração guineense.....	33
<b>Capítulo III – Associativismo na migração</b> .....	<b>37</b>
Associativismo de imigrantes guineenses na diáspora (Portugal).....	39

Um olhar sobre o papel de associativismo na Guiné-Bissau, em relação ao associativismo de imigrantes guineenses em Portugal .....	41
Associativismo na Guiné-Bissau.....	41
<b>Capítulo IV – Estudos de caso: as associações migrantes guineenses em Portugal nos projectos de cooperação e apoio ao desenvolvimento local-Guiné-Bissau .....</b>	<b>46</b>
ANPRP – Associação dos naturais de Pelundo residentes em Portugal.....	46
AFAIJE – Associação dos filhos e amigos da ilha de Jeta – núcleo de Portugal .....	49
ANAC – Associação de naturais e amigos de Caió .....	52
Federação das associações de imigrantes e amigos do setor de Calequisse em Portugal.....	54
AUPIB – Associação unido para o progresso da ilha de Bubaque.....	56
AFAB – Associação filhos e amigos de Bachil.....	58
AIGAST – Associação de imigrantes guineenses e amigos sul Tejo.....	61
GHAM-AHTÉ – Associação dos filhos e amigos da Ilha das Galinhas .....	64
AFAREGA – Associação dos filhos amigos de re(i)no Gambiafada.....	65
ACEGP – Associação dos crentes evangélicos da Guiné em Portugal .....	67
<b>Capítulo V – Conclusão .....</b>	<b>75</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>LXXXV</b>

## **Índice de Quadros**

Quadro 1 - Impacto da migração sobre o desenvolvimento .....	23
Quadro 2 - População Guineense por Regiões e Setor Autónomo .....	29
Quadro 3 - Número de população guineense residente em Portugal .....	35
Quadro 4 - Tipologia das Associações de Migrantes Guineenses .....	44
Quadro 5 - As principais caraterísticas das associações .....	69





## **Glossário de Siglas**

**ACIDI** – Alto Comissariado Para a Imigração e Diálogo Intercultural.

**ACIME** – Alto Comissariado Para a Imigração e Minorias Étnicas.

**ACP** – Associação de países de África, Caraíbas e Pacífico.

**AD** – Ação Para o Desenvolvimento.

**AGUINENSO** – Associação Guineense de Solidariedade Social.

**AJF** – Associação Juvenil Feminino.

**AJOBS** – Associação de Jovens Para o Bem-Estar Social.

**AJOCUB** – Associação de Jovens de Cupelum de Baixos.

**AJUDEC** – Associação de Jovens Para o Desenvolvimento da Cultura e Desporto.

**ASA** – Associação Para Solidariedade Social e Ação.

**BAFD/BAD** - Banco Africano de Desenvolvimento.

**BIRD** – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

**CEDEAO** – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental.

**CEE** – Comunidade Económica Europeia.

**CNUAD** – Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento.

**CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

**DENARP** – Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

**FAO** – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

**FMI** – Fundo Monetário Internacional.

**GNT** – Geração Nova da Tiniguena.

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano.

**INE** – Instituto Nacional de Estatística.

**IPAD** – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

**OCI** – Organização da Conferência Islâmica.

**OIM** – Organização Internacional para as Migrações.

**ONG** – Organização Não Governamental.

**ONGD** – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento.

**ONU** - Organização das Nações Unidas.

**OUA** – Organização de Unidade Africana.

**PALOP** – Países Africanos de Língua Oficial Português.

**PIB** – Produto Interno Bruto.

**PIC** – Programa Indicativo de Cooperação.

**PNUD** – Programa de Nações Unidas Para o Desenvolvimento.

**PTU** – Países e Territórios Ultramarinos.

**PVD** – Países em Via de Desenvolvimento.

**SAB** – Setor Autónomo de Bissau.

**SEF** – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

**UEMOA** – União Económica e Monetária do Oeste Africano.

**UNEP** – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

**UNEPTA** – Programa das Nações Unidas de Assistência Técnica Expandido.

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura.

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

## **Introdução**

A investigação em causa tem como a finalidade a obtenção do grau de Mestre em Estudos de Desenvolvimento, na especialidade Diversidades Locais e Desafios Mundiais.

O objetivo deste trabalho consistiu em estabelecer as relações entre associativismo de migrantes e os projetos de cooperação no apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau. Em particular, procurou-se realçar a influência e a importância do contributo de associações da diáspora guineense em Portugal na cooperação com os diferentes projetos e entidades sociais portuguesas, guineenses e internamente no apoio aos desafios de desenvolvimento e ao bem-estar das populações. Neste estudo serão ainda destacadas as dinâmicas das associações, tendo em conta as suas funcionalidades, em dois níveis: primeiro, na prestação de ajuda aos conterrâneos no país de acolhimento, segundo, na execução de programas de desenvolvimento no apoio ao país de origem.

A Guiné-Bissau, ao longo dos últimos anos, tem sido um constante foco de instabilidade política, o que conduziu à deterioração e fragilidade do aparelho de Estado e realçou o papel de várias ONG e associações locais no apoio às populações, principalmente nas zonas onde a intervenção de Estado é praticamente inexistente.

Sendo o desenvolvimento um processo indispensável para a estabilidade e sustentabilidade a nível político, económico e social, torna-se um fator imprescindível para o progresso da Guiné-Bissau. Perante esse facto, é imperiosa a contribuição de diferentes organizações, desde as mais simples estruturas de cariz filantrópico ou associativo até às organizações governativas guineenses e internacionais. Tudo pela concretização do tão almejado desenvolvimento.

Ao longo dos anos, têm aparecido diferentes organizações ligadas à migração com objetivos estruturados com o intuito de contribuir para a defesa do bem-estar da sociedade guineense, procurando colmatar as lacunas que, na maioria das vezes, as forças governativas não conseguem solucionar devido às exigências e necessidades da população. Sendo o associativismo na migração um dos componentes mais importantes para a ligação entre as comunidades migratórias na diáspora e o país de origem, muitas vezes acaba por desempenhar um papel estratégico na relação das comunidades com o Estado. Sobretudo, o associativismo migrante contribui para mobilizar os parceiros internacionais no apoio aos projetos de desenvolvimento

nas comunidades locais, assumindo-se como um ator principal no desenvolvimento do país de origem.

A escolha do tema é justificada pela importância e contributo que o associativismo tem vindo a demonstrar ao longo dos últimos anos no apoio tanto às comunidades migrantes residentes no país de acolhimento como ao desenvolvimento da Guiné-Bissau. Considera-se que se deve realçar a importância destas organizações associativas na política externa do país no âmbito de cooperação para o desenvolvimento. Por outro lado, em termos pessoais, esta escolha está relacionada com a minha dupla condição de migrante/estudante e conhecedor da realidade em causa e dos direitos e deveres dos migrantes para com o país de origem. A nível científico, esta dissertação visa complementar um campo raramente abordado na literatura sobre a migração. Finalmente pretende-se que este trabalho seja um alerta às classes políticas e aos governantes sobre o papel e a importância da contribuição da diáspora guineense em Portugal no cumprimento dos desafios de desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Esta investigação procura responder às seguintes questões de pesquisa:

### **Pergunta de partida**

- Qual o impacto da contribuição aos níveis socioeconómico e político das associações de migrantes guineenses em Portugal, para projetos de cooperação para o desenvolvimento local na Guiné-Bissau?
- Quais os projetos de cooperação e desenvolvimento local em que participam as associações?
- Quais os projetos de apoio social em que participam as associações no país de acolhimento?
- Como se organizam as associações para definição dos planos estratégicos de apoio ao desenvolvimento local?
- A desestruturação financeira, política e social condicionou o desenvolvimento da Guiné-Bissau e influenciou a migração?

## **Hipótese**

- As associações promovem o desenvolvimento local.
- As parcerias e cooperação que as associações estabelecem influenciem os projetos de desenvolvimento local.
- Os fundos financeiros da quotização das associações financiam os projetos de desenvolvimento local-Guiné-Bissau.

## **Metodologia de pesquisa**

Este estudo baseou-se numa metodologia qualitativa, tendo privilegiado técnicas de investigação participativas. A pesquisa consistiu em investigação documental, identificação das associações, pesquisa exploratória, entrevistas semi-diretivas, procurando uma visão global da complexidade do tema, e observação participante das associações. Foram traçadas as seguintes etapas para investigação: na primeira fase foi realizada a definição de métodos e técnicas de pesquisas. A segunda fase teve como prioridade a recolha dos nomes das associações das comunidades de migrantes guineenses residentes em Portugal. Na terceira fase foram desencadeados contactos com as entidades ligadas às redes associativas, entre elas: ACIME/ACIDE ao qual foram solicitadas as listas de associações de migrantes guineenses em Portugal, através do seu departamento da rede associativismo; e Embaixada da República da Guiné-Bissau em Portugal. Na quarta fase, após a recolha das listas de associações, foram seleccionadas para o estudo 10 associações, de diferente cariz social, no universo de 61 associações de migrantes guineenses em Portugal enumeradas pelo ACIME/ACIDE. Na quinta fase da investigação foram contactados os líderes associativas, solicitando a sua disponibilidade para serem entrevistados. A sexta fase consistiu na realização das entrevistas para recolha das informações, sendo a fase mais complicada tendo em conta a dificuldade em conseguir marcar datas para as entrevistas com os presidentes das associações. A conclusão desta fase só foi possível após dois meses. Na sétima fase, foi realizada a transcrição das entrevistas para o efeito da análise de conteúdo, o que demorou cerca de um mês e meio. A oitava fase consistiu da definição do estado da arte do trabalho e definições dos capítulos e subcapítulos. A nona fase representa a conclusão e revisão dos trabalhos de investigação.

A investigação começou pela enumeração e identificação das associações de comunidades de migrantes guineenses existentes em Portugal. Foram quantificados os números totais das

associações de migrantes guineenses em Portugal e comparados com os dados equivalentes reunidos por Maria João Carreiro no seu estudo sobre “Dinâmicas transacionais protagonizados por associações de migrantes guineenses em Portugal” (Carreiro 2007). Os estudos comparativos permitiram estabelecer se existem ou não alterações nos números das associações de imigrantes guineenses registadas em Portugal nos últimos anos, balizados pelo trabalho de Carreiro e o presente estudo. Esta comparação foi aprofundada no capítulo IV, na análise das características das associações.

Foram privilegiadas técnicas qualitativas, a fim de explorar melhor as informações obtidas em entrevistas, por meio das questões abertas. Esta abordagem permitiu compreender diferentes visões e o papel de cada associação no desempenho das políticas de desenvolvimento local. A técnica da entrevista usada foi semi-diretiva, seguindo um guião da entrevista com vista a facilitar a maior convivência entre o entrevistador e entrevistados por meio das perguntas abertas, o que facilitou a recolha de mais informações. Foi utilizada a gravação áudio a fim de garantir o armazenamento e fidelidade da informação prestada.

Ainda no âmbito do estudo empírico foram estabelecidas as contribuições de cada associação de migrantes guineenses em Portugal no que toca ao apoio de desenvolvimento do país de origem e das suas participações nos projetos de cooperação para o desenvolvimento da Guiné-Bissau. Desta forma, foram selecionadas para as entrevistas 10 associações de migrantes guineenses de cariz social, de assistência local e religiosa, de acordo com as diretrizes traçadas para a investigação. As entrevistas permitiram elucidar as atividades destas associações no desenvolvimento das comunidades do país de origem e dos trabalhos desenvolvidos no país de acolhimento, sobretudo no que diz respeito ao apoio à integração, legalização e outras situações, que vão para além da resolução destes primeiros passos da migração dos conterrâneos guineenses em Portugal.

As redes sociais construídas na Guiné-Bissau – país de origem dos migrantes – através da proximidade de laços familiares, de amizade e vizinhança, servem de inspiração, sendo uma espécie de fio condutor na unificação das famílias e no auxílio aos conterrâneos em dificuldades de inserção. São estas redes e relações que inspiram o espírito de solidariedade e de entreaajuda no país de acolhimento.

## **Estrutura da dissertação**

A dissertação aborda as práticas de desenvolvimento local, no âmbito social e económico, das redes associativas das comunidades de imigrantes guineenses em Portugal, tanto no país de acolhimento como através das suas parcerias nas contribuições e apoio às comunidades do país de origem, Guiné-Bissau.

A estrutura da dissertação é composta por seis capítulos: na introdução é apresentado o objetivo da investigação, incluindo as perguntas de partidas e hipóteses que são colocadas, e as metodologias usadas na pesquisa. O capítulo I incide sobre o conceito de desenvolvimento e a sua evolução, tendo sido mobilizados diferentes autores e os argumentos científicos à volta do conceito. No capítulo II procede-se à contextualização da Guiné-Bissau, aos níveis geográfico, populacional, económico, político e social. O capítulo III descreve o associativismo na imigração, destacando a sua influência no meio social dos imigrantes, principalmente em Portugal, com referência à promoção da cultura do país de origem, à integração dos conterrâneos no país de acolhimento e ao apoio aos projetos de desenvolvimento local do país de origem. O capítulo IV aborda os estudos de caso das associações migrantes guineenses em Portugal nos projetos de cooperação e o seu apoio ao desenvolvimento local na Guiné-Bissau. No capítulo V são apresentadas as conclusões.





## **Capítulo I – Reflexão e conceitualização teórico de desenvolvimento**

### **Problematização teórica do conceito de desenvolvimento**

O desenvolvimento é um fenómeno de natureza social marcado pela controvérsia quanto à sua conceção e forma de aferimento. Isso deve-se basicamente ao facto de que o desenvolvimento só existe como tal na medida em que possa ser percebido como uma situação que promove mudanças em determinadas coletividades humanas. Essas mudanças só podem acontecer graças a ações individuais e coletivas que podem produzir impactos positivos no meio social (Conterato et al, 2009: 1). Nas últimas cinco décadas o termo desenvolvimento tem ocupado um lugar de destaque em níveis como: ciências sociais e económicas, na discussão política, nos média e nas políticas públicas. Apesar do destaque, nunca houve um consenso unânime em torno do conceito, principalmente na forma através da qual o desenvolvimento pode ou deve ser fomentado. É de realçar que o único consenso entre os cientistas sociais é de que a década de 50 foi o período em que se consolidou o conceito de desenvolvimento. A partir dessa década, a aplicação do conceito em estratégias e políticas de desenvolvimento contribuiu, por um lado, para integração das áreas do conhecimento, mas, por outro lado não conseguiu evitar o surgimento de posições ideológicas antagónicas sobre as políticas de desenvolvimento.

Antes da consolidação do conceito de desenvolvimento, desde o período das filosofias progressistas dos séculos XVIII e XIX, este era associado a uma conceção otimista, de que os indivíduos e sociedades fossem capazes de moldar, pelas próprias forças, um novo mundo, cada vez melhor, no qual seria possível identificar e classificar as diversas fases de diferentes processos de desenvolvimento ou progresso. O conceito de desenvolvimento foi reconhecido e celebrizado no discurso de posse do presidente Harry Truman, proferido a 20 de janeiro de 1949, o qual instaurou um novo paradigma mundial, sobretudo no que concerne às novas políticas de desenvolvimento. Apesar de ser considerada uma ideia vinda do mundo socioeconómico ocidental capitalista, é esta definição de desenvolvimento que continua a ser hegemónica na atualidade.

Para Furtado (1980), o “mito do desenvolvimento” que levou os países mais pobres a buscar ininterruptamente alcançar um nível de vida similar ao dos países mais ricos, ditos desenvolvidos, difundiu-se acentuadamente após a Segunda Guerra Mundial. A aplicação do Plano Marshall, concebido durante a primeira gestão de Truman na presidência dos EUA (1945-1948), previa diversas formas de auxílio para a reconstrução e o desenvolvimento da Europa

Ocidental, criando assim um novo paradigma do mundo melhor. Paralelamente, procurava-se integrar os países do Sul e, em especial, as antigas colónias europeias, dentro de um projeto centralizado pelos Estados Unidos da América no qual a noção de desenvolvimento económico era central.

Do ponto de vista histórico, o conceito de desenvolvimento já sofreu diversas transformações, e essa capacidade de transformação e de adaptação às diferentes abordagens é umas das suas principais características, conferindo-lhe vitalidade e longevidade como conceito-chave, ao lado do qual já se perfilaram os mais diferentes adjetivos. Em meados da década de 70, o conceito de desenvolvimento começou a ser associado com maior frequência ao desenvolvimento humano, social e sustentável (Brasseul, 1989; Sachs, 1986; Brundland 1987; Coy; Kohlhepp, 1998, in, Siedenberg, 2004: 9-15). Depois das conceções elaboradas por diversos autores, após anos 70 destacou-se o conceito de desenvolvimento do milénio proposto pela Organização das Nações Unidas que marca a nova era do século, visando a eliminação a pobreza humana e que vai balizar todas as ações à volta do conceito de desenvolvimento, permitindo assim definir novos paradigmas de desenvolvimento. Para Amaro, as principais razões do ponto de viragem que contribuíram para o surgimento das novas concetualizações estratégicas de desenvolvimento, são as seguintes: a frustração dos países subdesenvolvidos perante os modelos de desenvolvimentos que era imposto, por partes das instituições financeiras, principalmente o FMI/Banco Mundial, nos programas de ajustamento para o crescimento económico. O mal-estar que apareceu nos países desenvolvidos entre os anos 1960/1970, associada a novas formas de pobreza e de exclusão social, justificou a necessidade de reformulação de um novo conceito de desenvolvimento. A outra é a emergência de consciencialização ambiental sobre os problemas de desenvolvimento, sobretudo a partir da conferência das Nações Unidas de Estocolmo, em 1972. A outra é a dúvida sobre a política de crescimento económico para desenvolver os países, e que não é sustentável na manutenção de emprego estável e duradouro, que permite repensar novas estratégias de desenvolvimento. Por último o mal-estar existente nos países socialistas, o qual culminou com crises sociais, económicas, ambientais e políticas que levaram à queda do Muro de Berlim, em novembro de 1989, e ao subsequente desmantelamento da URSS. Com a renovação do conceito, existem hoje novos paradigmas do conceito de desenvolvimento a começar com: desenvolvimento local, participativo, integrado, desenvolvimento humano social e desenvolvimento sustentável (Amaro, 2003: 52-55).

## **Evolução do conceito de desenvolvimento segundo as teorias**

O conceito de desenvolvimento tem sido abordado por diferentes teorias científicas multidisciplinares, sendo as que mais se destacam teorias do pensamento económico clássico: teoria neoclássica e teoria da modernidade.

### **Teoria neoclássica**

1. O desenvolvimento como um processo gradual e contínuo, em que “Marshall encara a economia como orgânica em sua natureza fundamental, em que defende a ideia de que o “progresso ou a evolução industrial e social não é um simples crescimento ou declínio, mas sim um crescimento orgânico” (Meier et al, 1968).

2. O desenvolvimento como um processo harmónico, onde os beneficiários são os principais grupos económicos, começando pelo trabalho e pela economia. Considera-se que o desenvolvimento conduz à elevação dos salários reais do trabalho no seu conjunto, isto é, com a introdução de maquinaria houve uma “poupança” na mão-de-obra, o que causou uma relativa redução na busca de intercâmbios afetados. “Segundo Gustav Cassel, economista sueco, o progresso técnico no aumento da produção resulta no aumento geral na procura de trabalho, e quando estendida a todas as diferentes classes de mão-de-obra, fazem com que a classe trabalhadora no seu todo usufrua de uma melhoria geral derivada dos avanços técnicos” (Meier, et al, 1968).

3. O otimismo no que concerne ao desenvolvimento: os autores neoclássicos são conhecidos geralmente como otimistas no que tange à possibilidade de desenvolvimento visto de modo contínuo (Meier *et al*, 1968: 95-108).

### **Paradigma da modernidade**

O conceito de desenvolvimento tem sido associado ao conceito da «modernização», sendo definido e visto como um processo de substituição das estruturas arcaicas e tradicionais do subdesenvolvimento dos meios rurais, dos setores económicos e das mentalidades com eles conectados, pelas lógicas modernas e progressistas do desenvolvimento, dos meios urbanos e dos sectores industriais e dos modos de vida de consumo a eles inerentes, uma vez que o subdesenvolvimento na época era visto como um atraso no desenvolvimento, em que a tradição era um obstáculo à modernização, o campo e os meios rurais eram um passo atrás na caminhada

para as cidades e para o progresso sendo culturas e mentalidades não europeias um constrangimento à eficiência produtiva e ao bem-estar material (Amaro, 2003: 48).

Para o sociólogo Eisenstadt, a sociedade tradicional era considerada ou descrita como estática, com pouca diferenciação ou especialização, com um predomínio da divisão mecânica do trabalho, e com um baixo nível de urbanização e alfabetização, e uma forte base agrária que abrangia a maior parte da sua população. A base económica das sociedades agrárias tinha de ser alterada para assegurar a emergência e ascensão de forças económicas, políticas e sociais modernas, portadoras do desenvolvimento, considerando-se que a sociedade moderna possuía um elevado grau de diferenciação, de especialização, de divisão orgânica de trabalho, de urbanização, de alfabetização e de exposição aos meios de comunicação social, e que albergava um impulso contínuo no sentido do progresso, ou seja, o contrário da sociedade tradicional. No entanto, o modelo concreto que emergia na época partia do pressuposto que as condições para o desenvolvimento de uma sociedade moderna viável e com um crescimento sustentado, devem equivaler à extensão contínua dos índices sociodemográficos e/ou estruturais e à destruição total de todos os elementos tradicionais. De acordo com esta visão, quanto mais as características de especialização estrutural estiverem presentes numa sociedade e na sua própria organização, mais completa será a desintegração dos elementos tradicionais nesse processo; mais apta se encontrará a sociedade para se desenvolver continuamente, para enfrentar problemas e forças sociais e para se dotar de uma estrutura institucional em constante expansão, a fim de aumentar sempre e inovar a sua capacidade de absorção e mudança. Cada elemento amarra a aquisição de outras características qualitativas das sociedades modernas (como a racionalidade, a eficiência, e uma predileção pela liberdade de tradicionais para modernas) (Eisenstadt, 1991: 148-153).

### **Desenvolvimento local**

As profundas alterações que têm acontecido na forma de funcionamento das sociedades contemporâneas, suscitaram nas últimas duas décadas iniciativas de desenvolvimento local, um pouco por todo o lado, dando assim expressão e relevo a um nível de desenvolvimento que até era apagado e claramente marginalizado em detrimento de um território que era dominante, o que leva à explicação do surgimento e afirmação do desenvolvimento local. O aparecimento deste deve-se aos seguintes fatores: à crise de soberania-autonomia e identidade e das respetivas redes de solidariedade; à base territorial nacional, face ao reforço e domínio cada vez maior das lógicas

territoriais supranacionais; à crise financeira e ideológica do Estado-Providência, num contexto de crise económica instalada, que não conseguiu dar resposta às novas ou velhas situações de desemprego; à reconversão e reestruturação produtiva; à precarização do emprego, à redução do poder de compra; à pobreza; à degradação habitacional, entre outros. Todos estes fatores levaram os atores locais, pressionados pelos problemas que viviam, a assumirem o protagonismo e a iniciativa na busca de respostas próprias, incluindo a descentralização dos serviços da administração pública. E, para o efeito, o desenvolvimento local procura transmitir uma relação de proximidade, intimidade e de solidariedade operacional às populações com os seus habitats, meio envolvente e autonomia de decisão na concretização do processo de desenvolvimento, por aproveitamento das capacidades e recursos locais (Amaro et al, 1992: 14-18).

A noção de desenvolvimento local integra as dimensões económicas, sociais, culturais e políticas e, por meio delas, exige o melhoramento e desenvolvimentos dos setores sociais, que vão desde a criação de emprego/competências até à modernização dos tecidos empresariais, facilitando assim a incorporação e a difusão das inovações, a construção do território por um conjunto de organizações e de serviços, o acionamento de uma governança associada às esferas pública e privada, à criação de instrumentos institucionais, visando adaptar as mudanças e antecipar os problemas e os desafios (Fauré et al, 2005: 19).

### **Desenvolvimento humano**

A formulação do conceito do desenvolvimento humano surgiu devido à contribuição da ONU na adoção da declaração sobre Direito ao Desenvolvimento, a 4 de dezembro de 1986, em que é sustentado que o “Direito ao Desenvolvimento deve ser visto como um direito humano inalienável”. E, em 1993, na segunda Conferência Mundial de Direitos Humanos das Nações Unidas, realizada em Viena, foi salientada e reforçada mais uma vez a ideia de que o desenvolvimento deve basear-se na promoção e no fortalecimento da democracia, da liberdade, da promoção da qualidade de vida e fundamentalmente no respeito pelos direitos humanos. Por meio dos indicadores aí referenciados, acabaram por adotar o conceito de Desenvolvimento Humano como referência. Este conceito, segundo as Nações Unidas, visa simplesmente refletir uma visão holística que procura responder a todas as necessidades da vida humana, demonstrando assim que o desenvolvimento vai muito além da mera garantia da segurança material, e compreende a melhoria dos padrões de vida individuais e coletivos, a expansão da escolha

económica e social dos indivíduos, a redução da insegurança e do medo. É de realçar que o PIB *per capita* não leva em conta estes fatores que exprimem o desenvolvimento social e não apenas económico. Como alternativa a este indicador, a ONU propôs desde 1993 o IDH, um conjunto de indicadores desenvolvidos pelo economista paquistanês Mahbud Ul Haq, com a colaboração do economista indiano e prémio Nobel da Economia, Amartya Sen. O IDH é uma medida mais abrangente, porque, para além de incluir o PIB *per capita* e a paridade do poder de compra, tem igualmente em conta outros critérios de avaliação, nomeadamente o nível de consumo, nutrição, saúde, industrialização, literacia, e estruturas ocupacionais (Silva, Amado e Long, 2007: 30-31). O desenvolvimento humano é um processo de alargamento das escolhas das pessoas, que consiste sobretudo em: viver uma vida longa e saudável, ser instruído e gozar de um nível de vida adequado, e ser livre e com garantia de outros direitos humanos<sup>1</sup>. O que Amartya Sen chama ‘liberdade concreta’ “isto é a liberdade de participação política ou oportunidade de acesso a educação básica e aos cuidados de saúde” (Sen, 1999: 21).

### **Desenvolvimento integral**

O desenvolvimento integral, neste caso, é o resumo de todos os restantes conceitos que compõem a cúpula de diferentes conceitos e teorias do desenvolvimento. Ou seja, faz a articulação do desenvolvimento numa perspetiva económica, social, ambiental, combate à pobreza e exclusão social, lógica de tradição e a modernidade. (Amaro, 2003: 59). E, por outro lado, este conceito, para além de responder às questões do desenvolvimento em várias dimensões sociais, estuda igualmente as questões dos direitos humanos, do crescimento populacional, o índice de alfabetização, e de saúde, a distribuição de rendimentos e os padrões de comércio (Brodent, 1999: 100, in Milando, 2005: 35).

### **Cooperação para o desenvolvimento**

O primeiro grande passo no sentido da criação de um Sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento partiu da decisão dos países fundadores das Nações Unidas, de forma a assumirem um compromisso de apoiar e utilizar as instituições internacionais criadas no seu seio como via para a promoção do Desenvolvimento Económico e Social de todos os povos do mundo, o que originou ao nascimento do conceito (Família das Nações Unidas), e a

---

<sup>1</sup> Relatório do desenvolvimento humano, 1997: 15.

partir deste foram imediatamente criadas as primeiras instituições internacionais dedicadas à cooperação para o Desenvolvimento – FAO, UNICEF, UNESCO, UNEPTA e o PNUD. Em 1944, na Conferência de Bretton Woods, foram concebidas formas institucionais para o Desenvolvimento, que eram fortemente inovadoras e que deram origem à criação, em finais de 1945, do FMI e do BIRD, que hoje pertence ao grupo do Banco Mundial. (Rolo, 1986: 16).

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, no período da Guerra Fria, entre 1945 e 1989, tiveram influência no surgimento dos primeiros fluxos de ajuda como resultado do discurso de boa governação e sua importância e do conjunto de interesses económicos, políticos e geoestratégicos, em que as grandes economias viam nos países mais pobres um meio para alcançar os seus interesses, ou seja, uma “ajuda interessada”. E a partir do momento que surgiram os primeiros fluxos de ajuda, o Plano Marshall, assistiu-se pela primeira vez na história da Cooperação a um plano orientado para a cooperação e para o financiamento. O plano, datado de junho de 1947, surgiu com o intuito de ajudar a reconstruir as economias dos países, na altura aliados – os países da Europa Ocidental – por parte dos Estados Unidos da América. O Plano foi apresentado durante um discurso pronunciado na Universidade de Harvard por George Marshall, e tanto os Estados Unidos como o continente europeu reconheceram que era um novo tipo de política, orientada para uma área que até então não aparecia no “centro” do diálogo político internacional – a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – dado que o pensamento inerente ao crescimento económico e ao desenvolvimento assentava em dois grandes tipos de teorias: a teoria Económica de Keynes e a teoria da Modernização que partiam do pressuposto que o Estado devia ser o responsável pela intervenção no Desenvolvimento de um determinado país, criando assim os meios necessários para que todo o capital acumulado contribuísse para o desenvolvimento do mesmo<sup>2</sup>.

Se as questões económicas dominaram nos primeiros anos da experiência da cooperação para o desenvolvimento, a partir dos anos 80 do século passado ocorreu uma profunda mudança na conceção deste conceito, em que assuntos como sustentabilidade ambiental, igualdade de género, setor informal e redução da pobreza, passaram a ser áreas estratégicas na definição dos programas de cooperação para o desenvolvimento. Além disso, nos anos 90, por razões políticas e diversas, foram acrescentados na agenda da cooperação outros indicadores como a boa governação e a prevenção de conflitos (Guimarães, 2007: 23). Por exemplo, o conceito de

---

<sup>2</sup> Faria, 2012: 3.



Desenvolvimento Nacional passou a fazer parte dos valores culturais e políticos, cuja salvaguarda é da exclusiva competência do Estado soberano; contudo, não são raras as vezes em que emergem sérios conflitos entre os objetivos dos doadores e dos beneficiários. Isto acontece quando do lado dos doadores se nota uma insistência na necessidade de aplicar uma boa parte da ajuda em programas de redução da pobreza, que muitas das vezes não acontece por falta de aceitação por muitos governos dos PVD (países em vias de desenvolvimento) tendo em conta a política interna de desenvolvimento de cada país, que muitas das vezes resistem à imposição de estratégias de desenvolvimento de fora para dentro. Para os doadores, se o Desenvolvimento fosse definido em termos de redução da pobreza, deveriam ocorrer mudanças fundamentais nas políticas governamentais e nas instituições que tenderiam a afetar o padrão de distribuição da riqueza e a própria natureza do poder político. E, para evitar problemas deste tipo, tem-se adotado novas estratégias de cooperação, em que os doadores bilaterais têm vindo a selecionar crescentemente os beneficiários dos seus programas de cooperação, as agências multilaterais têm-se inclinado cada vez mais para o apoio a projetos e programas que levantam desacordos profundos, sendo intenção crescente a procura, através do diálogo político, de um terreno de interesse comum com os objetivos das políticas de desenvolvimento (Rolo, 1986: 41).

O plano de cooperação para o desenvolvimento não poderá tornar-se mais eficiente se não contar com o apoio de uma vontade política esclarecida, que deve exercer-se em torno de três polos fundamentais: 1. Em que prioridade política de desenvolvimento deverá aumentar de uma maneira durável; 2. Fazer da necessidade de aumentar a eficiência económica e a eficácia da ajuda um valor político; 3. Adaptar os orçamentos e a gestão da ajuda às exigências dos novos objetivos. A relevância destes três fatores é fundamental nas políticas de cooperação para o desenvolvimento. No que diz respeito à experiência, os políticos mais bem-sucedidos no apoio ao desenvolvimento nacional nos países em via desenvolvimento, é importante contar com o contributo de homens políticos capazes de persuadir as comunidades tradicionais das vantagens do progresso económico e social, de mobilizar as energias populares, de tornar os organismos públicos mais eficientes, assegurar um financiamento publico durável e adequado e de encorajar e estimular o espírito de empresa. Relativamente aos países doadores, é imperioso contar com o apoio de dirigentes políticos que consigam perceber e saber impor a ideia da necessidade de consagrar ao desenvolvimento dos países em via de desenvolvimento vastos recursos orçamentais

que, eventualmente, poderiam ser objeto de afetações politicamente mais compensadoras e financeiramente mais rentáveis no curto prazo (Rolo, 1986: 55-56).

### **Cooperação Guiné-Bissau-Portugal no apoio ao desenvolvimento**

É de frisar que as relações de cooperação que têm sido estabelecidas entre o continente europeu e África contam com mais de cinco décadas de História. O início desta cooperação entre os dois continentes data de meados dos anos 50, através da assinatura do Tratado de Roma (1957) e, a partir daí este relacionamento foi se tornando cada vez mais forte, sobretudo na sua solidez e durabilidade. Neste tratado, a relação de cooperação entre os dois continentes tem como o princípio a solidariedade para com os territórios coloniais, que foi referido no mesmo tratado por PTU, acabando por ser fundada uma associação diretamente relacionada com estes, assumindo a designação de associação de PTU, em que os países signatários tinham como principal objetivo promover tanto o Desenvolvimento económico como o Desenvolvimento social desses territórios como estabelecer um relacionamento mais próximo entre estes e a CEE, segundo o artigo 131.º parte IV, do tratado de Roma, 1957<sup>3</sup>.

No caso de Portugal com as suas antigas colónias, as relações de cooperações não foram nada fáceis após a independência, pois as dificuldades encontradas no relacionamento eram diversas. Um desses entraves foi o facto de a descolonização não ter beneficiado de antecedentes de negociação adequados, o que originou o clima conflitual pouco propício ao diálogo, que é uma das bases fundamentais da cooperação (Rolo, 1986: 124).

Os acordos de cooperação, sendo instrumentos jurídicos com alcance político, económico e diplomático onde estão contidos os princípios gerais que enquadram o comportamento das partes envolvidas no processo de cooperação, são enquadrados pelos seguintes princípios: o respeito mútuo pelas soberanias, a igualdade interpares, a promoção e desenvolvimento da cooperação, a regulamentação específica, a solicitação prévia da ação cooperante pelo país beneficiário, a reciprocidade de vantagens, o tratamento da nação mais favorecida, o apoio financeiro e o respeito pela legislação interna de cada Estado (Rolo, 1986: 128). Como é sabido, após a independência, Guiné-Bissau tem vindo a encarar a cooperação, no seu sentido multilateral, de uma forma séria e crescente, sobretudo com a sua adesão à OUA, à ONU e ao Movimento dos Países Não-Alinhados, passos fundamentais para o assumir das suas

---

<sup>3</sup> Faria, 2015: 3.

responsabilidades internacionais e para a afirmação da sua personalidade político-jurídico no plano mundial. E também era necessário e urgente desenvolver uma ação que visava quebrar o relativo isolamento político-diplomático e económico em que o colonialismo tinha colocado a Guiné, em que Portugal era o detentor das relações com os centros coloniais europeus, mantendo as suas «províncias» afastadas de uma verdadeira convivência africana. O outro fundamento que também ajudou a Guiné-Bissau na sua afirmação no espaço internacional, sobretudo na sua cooperação multilateral, tem a ver com a sua participação em organizações inter-regionais como a Associação dos Estados ACP (Convenção de Lomé), na OCI e na Organização Internacional da Francofonia, que constitui também um importante elemento da atuação do país no plano multilateral (Cabral, 1989: 77-78).

Relativamente à política de cooperação de Portugal é possível constatar o traço comum que define o seu modelo institucional, com características e natureza transversais, não só ao nível das áreas de intervenção (saúde, educação, justiça, desporto etc.), como dos atores que desenvolvem atividades da cooperação, por meio dos orçamentos próprios e ações, projetos e programas específicos, e dos diversos agentes empenhados na política de cooperação, nomeadamente os vários Ministérios, conforme as suas áreas de competências – Assembleia de República, Tribunais, Órgãos da Administração Local e Regional, Entidades Públicas Autónomas (Universidades e Politécnicos), Fundações, Representantes das Igrejas, Associações Representativas do Setor Empresarial e ONGD (Sangreman, 2010: 64).

No que diz respeito aos dois países – Guiné-Bissau e Portugal –, a sua história de cooperação tem refletido o bom relacionamento político existente e assenta numa matriz cultural, jurídica e institucional comum e de competências técnicas e específicas em áreas fundamentais para o Desenvolvimento, possibilitada pela língua comum, que facilita o enquadramento da intervenção da cooperação portuguesa na Guiné.

A cooperação institucional bilateral entre os dois Estados estrutura-se através do PIC, com programas e projetos propostos e executados anualmente com a colaboração de ministérios setoriais, autarquias e sociedade civil, em particular das ONGD portuguesas. Em termos multilaterais, destaca-se a articulação com outros parceiros de cooperação, no qual se incluem os programas da União Europeia, para os quais Portugal também contribui enquanto Estado-

Membro, e das agências especializadas do sistema das Nações Unidas<sup>4</sup>. Exemplo disto são as associações na Guiné-Bissau que acabam por beneficiar das parcerias e protocolos que ligam os dois países, mas que não se limitam simplesmente aos aparelhos estatais, como é o caso da ONG AD (Ação para o Desenvolvimento) na Guiné-Bissau, que tem uma parceria da cooperação com Instituto Marquês de Valle Flor na materialização dos projetos, havendo também uma cooperação com o Ministério do Trabalho e Segurança Social, no apoio à Escola de Artes e Ofícios Comunitário de Quelélé, no domínio da criação de um curso de artes domésticas e hotelaria, numa parceria com a Escola Superior de Educação de Leiria na realização de um curso da energia solar no norte da Guiné (São Domingos), e uma cooperação com a Câmara Municipal de Montijo a nível de um intercâmbio para a elaboração de um jornal comunitário e animação cultural<sup>5</sup>.

No documento do Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Guiné-Bissau, elaborado pelo IPAD, no período 2005-2007, Portugal define a sua estratégia de médio prazo da sua cooperação numa articulação entre as suas competências e as mais-valias existentes com as prioridades definidas pela Guiné-Bissau, no sentido de contribuir para reconstrução e desenvolvimento deste país, segundo o programa DENARP. Nele consta os seguintes eixos prioritários para o Desenvolvimento de Cooperação: Educação, Saúde, Capacitação Institucional, Agricultura, Património, Comunicação Social, Desenvolvimento Comunitário, Eleições, Promoção e Incentivos para o investimento económico e privado português ou Luso-Guineense<sup>6</sup>.

Desde a independência da Guiné-Bissau que Portugal tem mantido e assinado vários acordos de cooperação, nas mais diversas áreas, e elaborado vários programas indicativos de cooperação e planos anuais de cooperação, destacando-se os seguintes acordos:

- Acordo geral de cooperação e Amizade, assinado a 1975/06/11.
- Acordo de cooperação científica e técnica, assinado a 1977/06/1.
- Acordo de cooperação nos domínios do Ensino e da Formação Profissional, assinado a 1978/11/13.
- Acordo Cultural, assinado a 1978/01/13.
- Protocolo sobre cooperação financeira, assinado a 1984/06/08.
- Acordo de cooperação Jurídica, assinado a 1988/07/05.

---

<sup>4</sup> IPAD, 2008: 12.

<sup>5</sup> AD, 2008: 2-3.

<sup>6</sup> IPAD, 2005: 14.

- Acordo de cooperação no domínio militar, assinado a 1989/03/05.
- Protocolo de cooperação agrícola, assinado a 1989/09/11.
- Protocolo de cooperação na Área da Finanças públicas, assinado a 1990/10/01.
- Acordo no Domínio da Saúde, assinado a 1989/03/31.
- Convenção sobre a Segurança Social, assinado a 1993/11/08.
- Acordo Especial de cooperação no Domínio da Administração Interna entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau, assinado a 1997/06/03.
- Acordo de cooperação no Domínio do Ensino Superior, assinado a 1998/06/02.
- Memorando de Entendimento entre Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Guiné-Bissau para o combate do Narcotráfico na Guiné-Bissau, assinado a 2007/08/21<sup>7</sup>.

### **Construção teórica da migração**

Uma das principais características da história da humanidade é a sua permanente mobilidade, por decisão própria ou por circunstâncias forçadas; individualmente ou em pequenos grupos ou através do êxodo que envolvem grande parte da população de uma nação (Trindade, 1995: 139).

Os movimentos de população transnacionais têm alterado a forma de pensar e de interação entre as comunidades de diferentes pontos do globo. A intensidade e complexidade das relações entre as comunidades dos diferentes povos é marcada pela circulação das pessoas, bens, capitais e ideias, que conduziram a uma profunda remodelação das referências conceptuais utilizadas pelas ciências sociais, e que obrigaram a repensar o Estado-Nação enquanto principal referente identitário (Carvalho, 2010: 2).

Segundo o sociólogo Fernando Machado, os principais fluxos migratórios continuam a ser de Sul para Norte, dos países em vias de desenvolvimento para os países desenvolvidos<sup>8</sup>.

Ao falar-se da teoria da migração no campo científico, normalmente recorda-se a teoria clássica de Revenstein, conhecido como o principal precursor desta teoria nos anos 1885-89, que defende que a migração assenta no modelo de “atração-repulsão”, em que o fator económico é considerado como causa fundamental das migrações. Neste caso, os homens deslocam-se na

---

<sup>7</sup> IPAD, 2008: 13-14.

<sup>8</sup> Machado, 1997: 9.

procura da maximização dos bens para a minimização das suas desvantagens. Wallerstein ainda defende que o fenómeno económico e social é mais um fator que pode ser associado à questão da migração, em que a desigualdade do desenvolvimento capitalista resultaria na dependência, funcional e hierárquica, dos países subdesenvolvidos e da periferia em relação aos países de forte crescimento económico. (Maurice-Saint, 1997: 3-4).

Para Mangalam, a migração é como um movimento no espaço entre sistemas de interação, enquanto o sociólogo Eisenstadt propõe que a migração seja definida como “a transição física de um indivíduo ou grupo de uma sociedade, envolvendo habitualmente o abandono de um quadro social para dar entrada num outro (Mangalam,1968: 13-15; Eisenstadt, 1953: 1 in Pires, 2003: 58).

Tendo em conta as diferentes características dos movimentos dos indivíduos face ao espaço que ocupam pela resolução das necessidades e interesses, o sociólogo Fairchild propõe uma classificação das migrações com base em três critérios: diferenciação dos níveis culturais dos países de origem, de destino, e carácter pacífico ou bélico do movimento. Com base nestes critérios quatro tipos de movimentos: a invasão, em que se dá uma ocupação bélica feita por um país de baixo nível cultural a um nível superior; a conquista, onde se invertem os níveis culturais verificados no tipo anterior; a colonização, culturas ao mesmo nível, movimento pacífico. Petersen, citado em Maurice, por seu turno, criticou o modelo de classificação/tipológico de Fairchild sobre a migração, alertando para o etnocentrismo relativamente ao alto e baixo nível da cultura e à ambiguidade da classificação pacífico/ bélico. Com o intuito de sustentar a sua crítica, Petersen formalizou a sua nova tipologia em cinco tipos de migração: migração primitiva (resulta de um impulso ecológico; migração forçada (os indivíduos não dispõem de qualquer poder na tomada de decisão, sendo esta forçada por força exteriores, estados ou instituições sociais); migração impelida (não obstante a intervenção anteriormente referida, os indivíduos ainda dispõem da possibilidade de decidirem); migração livre (a vontade dos atores é decisiva); e, migração de massa (quando os motivos individuais deixam de ter sentido, ou seja, para o autor a emigração é um padrão social) (Fairchild 1925, in Maurice-Saint, 1997: 6-7).

Segundo Castles, na sua obra intitulada de “Globalização: Transnacionalismo”, a migração, apesar de ser provocada por fatores económicos, demográficos, políticos e sociais que ocorrem no seio da sociedade de origem dos imigrantes, apresenta vantagens, uma vez que ajuda na produção de novas mudanças, tanto no país de origem como no de acolhimento. As migrações

são assim consubstanciadas nos processos de globalização, fazendo com que na atualidade haja poucos países que não sejam países de emigração ou de imigração, ou ambas as coisas. Hoje em dia, as migrações estão a tornar-se cada vez mais comuns, à medida que as pessoas se movem em busca de segurança e de melhores condições de vida, das aldeias para as cidades, de uma região para outra dentro do seu próprio país ou entre países e continentes. Os que não chegam a migrar são também abrangidos por este fenómeno, através de familiares, amigos ou descendentes de imigrantes ou através de mudanças ocorridas nas suas comunidades, que resultam da partida de vizinhos ou da chegada de forasteiros. De qualquer das formas a migração contribui para o desenvolvimento e melhoria das condições económicas e sociais, para a estagnação da desigualdade, erosão das fronteiras tradicionais entre línguas, culturas, grupos étnicos e Estado-Nação, desafiando as tradições culturais, a identidade nacional e as instituições políticas e contribuindo assim para o declínio da autonomia do Estado-Nação (Castles, 2005: 5-16).

### **Impacto da migração no desenvolvimento**

Quando se fala da relação entre migração e desenvolvimento, englobam-se diferentes elementos, como a sustentabilidade do crescimento económico do país de origem, o progresso social, e o desenvolvimento humano. Desta forma, a contribuição de imigrantes para o desenvolvimento do país de origem pode assumir diferentes formas e princípios: a criação de empresas, ligações comerciais, investimentos, remessas, transferência de competências, mudanças nos papéis culturais, entre outros elementos que servem de instrumento de socialização e de reaproximação entre culturas e povos distintos.

Atualmente, a migração é uma espécie de despertar da atenção, um fenómeno social, económico e político que envolve diferentes áreas governativas, tanto dos países de origem como de trânsito e de destino, assim como no campo das organizações internacionais, a sociedade civil e o setor privado. E, partindo deste princípio, os migrantes enquanto indivíduos, bem como os migrantes envolvidos em organizações nas diásporas são vistos como agentes para o desenvolvimento que poderão fortalecer a cooperação entre os países de origem e de acolhimento, principalmente na contribuição para com os seus países de origem, na redução da pobreza, crescimento económico, progresso tecnológico, capacitação dos recursos humanos em benefício de ambos países<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Programa Gulbenkian, 2005: 107-111.

Para Castles, as migrações podem constituir-se como obstáculo, em virtude da punção de pessoal qualificado que acarretam (a fuga de cérebros), transplantando jovens trabalhadores dinâmicos para o exterior e reduzindo assim pressões para a mudança social, uma vez que as migrações, de qualquer forma que seja, envolvem a transferência do mais valioso recurso económico, o capital humano, de um país pobre para um país rico (Castles, 2005: 30). Segundo Monteiro, as migrações produzem efeitos complexos sobre as populações, tanto na origem como no destino, em diferentes planos, que se influenciam mutuamente. No plano económico, provocam efeitos positivos nas mais diversas áreas, seja nos países de origem assim como nos de destino, em conexão com as condições demográfico-económicas gerais e específicas e consoante o contexto e o momento histórico. Ainda para o mesmo autor, este fenómeno de migração e desenvolvimento, para além de gerar fluxos positivos de divisas (remessas), ajuda também ao aumento direto do poder de compra das famílias que permanecem no país de origem e, indiretamente o do resto da população, diminuindo o desemprego e o subemprego e aumentando a produtividade marginal da população não migrante (Monteiro, 1997: 128-130).

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2009, elaborado pelo PNUD, nos países de origem dos migrantes, no que diz respeito ao impacto das deslocações, os efeitos são mais sentidos no que diz respeito ao rendimento, o que se pode traduzir em maior consumo, melhor educação e condições de saúde, e um aumento geral nos níveis cultural e social. O benefício desta mobilidade geográfica emerge sobretudo de uma forma direta nas remessas enviadas aos membros da família mais próximos. As repercussões desses benefícios podem ter alcance indeterminado: ao serem gastas, as remessas levam à criação de emprego para os trabalhadores locais. Neste relatório sobre o desenvolvimento humano foi realçado que a ideia de emigração não deve ser vista como uma alternativa aos esforços internos do país no sentido de acelerar o desenvolvimento, mas, por outro lado, a mobilidade poderá facilitar o acesso a ideias, o conhecimento e os recursos que poderão complementar e, em alguns casos, otimizar o progresso<sup>10</sup>.

Para o sociólogo Castles, as migrações são frequentemente o resultado do desenvolvimento económico e social, podendo contribuir para o processo de desenvolvimento e melhores condições económicas e sociais, ou alternativamente, ajudar a perpetuar a estagnação e desigualdade. Ainda segundo Castles, o processo de desenvolvimento de um país gera migrações,

---

<sup>10</sup> UNDP, 2009: 3-6.



dado que a melhoria de condições económicas e educacionais leva os indivíduos a partir em busca de melhores oportunidades. Um ligeiro aumento do rendimento (associado ao despoletar do processo de desenvolvimento, por exemplo,) aliado à desestruturação económica e social, frequentemente existentes nestas economias, bem como as expectativas de melhoria do nível de vida, podem induzir as migrações (Castles, 2000: 269, in Figueiredo, 2005: 51)<sup>11</sup>.

Nos últimos anos, o tema das migrações tem vindo a despertar interesse na investigação científica, mas também ao nível das instituições internacionais e das instâncias governativas, dada a sua importância e o papel que desempenha no processo de desenvolvimento. Neste trabalho de investigação foi adaptado o estudo já realizado pelo GDN, IPPR, e teve como referência também o “manual de investigação sobre as migrações (ACP) - migrações Sul-Sul e desenvolvimento” da Organização Internacional para as Migrações (OIM), a fim de construir uma visão holística na medição e abordagem do impacto de migração sobre o desenvolvimento, e da sua otimização quer a nível económico e social-desenvolvimento *Movendo-se: (Development on the Move: Measuring and optimizing the Economic and social Impacts of Migration)* que foi levado a cabo pelo instituto de investigação em políticas públicas (Institute for Public Policy Research-ipprr) em parceria com a rede de desenvolvimento global (Global Development Network-GDN). Neste estudo demonstra-se que a migração pode influenciar o desenvolvimento social e económico em oito dimensões: impacto sobre a economia, ensino, saúde, género, impactos sociais mais amplos, governo, sustentabilidade ambiental e assistência em caso de catástrofe. (Chappell, 2007). Foram igualmente considerados fatores não-económicos com impacto sobre o desenvolvimento nos países de origem adotando, assim, a combinação de diferentes métodos de investigação para análise do impacto, incluindo uma análise de regressão transfronteiriça. Conforme ilustra o quadro número 1, é possível constatar os efeitos diferentes que a migração pode ter na vida humana, a nível económico, social, político, demográfico<sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Teses/3\\_JMF.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Teses/3_JMF.pdf) (p. 51).

<sup>12</sup> <http://www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/PT-Obs-ACP-Manual-%20Investig-Final-06112012.pdf> (pp. 47-52).

**Quadro 1 - Impacto da migração sobre o desenvolvimento**

	<b>Tipo de impacto</b>	<b>Como se produz o impacto</b>	<b>Relações esperadas</b>
Económico	Pobreza natural do migrante	Rendimentos do migrante	A migração permite aumentar o salário
	Pobreza material do agregado familiar	Rendimentos a curto prazo do agregado familiar	O agregado familiar perde o trabalho
		Rendimentos a longo prazo do agregado familiar	Rendimento do migrante no país de origem mas pode receber fundos do estrangeiro
	Riscos do agregado familiar	Economias do agregado familiar	Melhoria do potencial de investimento do agregado familiar
		Diversificação	A propensão e /ou a capacidade de economizar pode melhorar. As remessas podem atenuar os choques económicos no país.
	Crescimento económico	Efeitos multiplicadores	Capacidade de reduzir o risco através da diversificação (como por exemplo passar para outro mercado de trabalho).
			As remessas e os rendimentos complementares relativos à migração permitem aumentar o volume de dinheiro gasto no país de origem.
		Poupanças	Se os migrantes e os agregados familiares pouparem mais, o nível de poupança pode aumentar
		Investimento	Se os migrantes e os agregados familiares investirem mais, o investimento global pode aumentar
			Os fluxos de investimentos estrangeiros podem aumentar
		Rendimento	As remessas e os rendimentos complementares proveniente da migração podem aumentar a propensão e /ou a capacidade de consumir e produzir, o que aumenta potencialmente rendimento global.
		Inovação	Aumento da transferência tecnológica dos migrantes no estrangeiro e a exposição a nova prática de trabalho.
	Mudança Estrutural	A migração pode promover a atividade económica “capitalista” (como a passagem de uma economia de subsistência para uma economia monetária) ou a urbanização.	
Desigualdades	Rendimento do agregado familiar	Determinados agregados podem beneficiar da migração a curto e longo prazo modificando a distribuição relativa dos rendimentos na economia.	
Económico	Sistema financeiro	Estado do sistema financeiro	O aumento do volume de remessas e de outros fluxos financeiros permite reforçar as instituições financeiras.
		Inclusão financeira	As remessas e outros fluxos permitem aumentar as proteções de serviços financeiros em zonas marginais e o envolvimento do agregado familiar no sistema financeiro.
	Demografia	Taxa de fertilidade	A migração pode afetar as taxas de fertilidade, quer seja separando os casais por fronteiras internacionais ou modificando os fatores que os

			incitam a ter os filhos.
		Mudanças Populacionais	A emigração em grande escala pode despovoar determinadas regiões, comprometendo a viabilidade económica.
	Mercado de Trabalho	Oferta do Agregado em mão-de-obra	A migração arrisca reduzir a oferta de mão-de-obra disponível para as tarefas remuneradas ou não.
		Desemprego	A migração da mão-de-obra em excesso pode reduzir a taxa de desemprego ou aumentar a falta de mão-de-obra. Os migrantes de regresso podem contribuir para o aumento da oferta de mão-de-obra.
		Oferta de Trabalhadores Qualificados	A “fuga de cérebros” pode conduzir à falta acentuada em alguns setores, mas a oportunidade de migrar pode aumentar o investimento no ensino, reforçando a oferta de trabalhadores qualificados a longo prazo.
		Estrutura do Mercado de Trabalho	A migração pode alterar a estrutura industrial ou acentuar a divisão entre o setor público e o setor privado.
		Salários Domésticos	As remunerações de trabalhadores que permanecem no país podem aumentar ou baixar em função das mudanças na oferta e na procura de mão-de-obra.
		Participação da força de trabalho	Os fatores que incentivam os membros do agregado familiar a participar na força de trabalho podem alterar-se.
		Inflação	Taxas de inflação doméstica
	Comércio	Volume e orientação do comércio	A migração pode implicar o aumento da procura de produtos de importação. Os migrantes no estrangeiro podem reforçar as ligações comerciais. Os migrantes de regresso podem aumentar a produção destinada à exportação.
	Moeda estrangeira	Posição da moeda estrangeira	As remessas podem afetar a oferta de moeda estrangeira.
	Balança fiscal	Receitas fiscais	A base tributável da mão-de-obra na economia pode aumentar ou baixar
	Dependência	Taxa de retorno social	A migração pode afetar o retorno que o Estado obtém do investimento público (por exemplo no ensino).
		Comportamento do agregado familiar	O apoio de migrantes no estrangeiro pode reduzir o incentivo para participar em atividades económicas ou investir produtivamente.
		Política de desenvolvimento do Estado	A migração pode afetar os incentivos do governo com vista a desenvolver a economia nacional.
Ensino	Ensino para o migrante	Nível de ensino do migrante	A possibilidade de migrar pode fazer aumentar o investimento no ensino.
			Os recursos da migração podem promover o acesso ao ensino.
	Ensino do agregado familiar	Grau de ensino dos membros do	A oportunidade de migrar e as remessas podem aumentar a capacidade e /ou o incentivo para os

	Prestações e qualidade do ensino	agregado familiar	membros do agregado familiar investirem no ensino.	
		Política governamental em matéria de ensino.	A possibilidades de os cidadãos migrarem pode alterar os incentivos do governo para investir no ensino.	
		Oferta Privada de ensino.	A oportunidade de migrar, as remessas e os investimentos da diáspora podem fazer aumentar a oferta privada de ensino.	
		Disponibilidade de Professores.	A “fuga de cérebros” de professores pode prejudicar o sistema de ensino; no entanto, os migrantes de regresso podem dispor de novas competências e qualificações.	
		Qualidade do ensino	A necessidade de formação em conformidade com as normas estrangeiras pode melhorar a qualidade do ensino. Os migrantes e retornados podem introduzir novas práticas.	
Saúde	Saúde do migrante	Perfil sanitário do migrante.	O local de destino pode expor o migrante a diferentes fatores de risco para a saúde e colocar em causa a disponibilidade de cuidados de saúde.	
	Saúde do agregado familiar	Perfil sanitário do agregado familiar	A migração pode afetar a capacidade e /ou o fatores de risco para a saúde e colocar em causa a disponibilidade de cuidados de saúde.	
	Saúde pública	Prevalência de doenças	O movimento populacional pode ser acompanhado do aumento da transmissão de doenças.	
			A migração permite a difusão de conhecimentos e boas práticas relativamente à saúde.	
	Oferta e Qualidade dos Serviços de Saúde	Política governamental em matéria de saúde	A migração por exemplo “a fuga de cérebros” do setor público para o estrangeiros e para o setor privado pode comprometer a oferta pública de cuidados de saúde.	
		Oferta privada em matéria de saúde	A oportunidade de migrar, as remessas e os investimentos da diáspora podem fazer aumentar a oferta privada em matéria de saúde.	
		Disponibilidade dos profissionais de saúde	A “fuga de cérebros” de profissionais de saúde pode prejudicar o sistema de saúde; no entanto, os migrantes de regresso podem dispor de novas competências e qualificações.	
		Qualidade dos cuidados de saúde	A necessidade de formação em conformidade com as normas estrangeiras permite melhorar as normas. Os migrantes e retornados permitem introduzir novas práticas.	
	Género	Impactos sobre as mulheres migrantes	Rendimentos dos migrantes	A migração pode resultar em novas oportunidades de emprego e no aumento salarial.
			Emancipação económica das mulheres migrantes	A migração pode ter impacto sobre a emancipação económica das mulheres, alterando os respetivos recursos (financeiros e/ou pessoais), bem como as expectativas.
Ensino de mulheres migrantes.			A migração pode ter impacto sobre o grau de ensino, na medida que implique limitações	

			físicas e/ou financeiras para aceder ao ensino.
		A visão das mulheres migrantes relativamente ao papel que desempenham	A migração pode alterar as visões que as mulheres migrantes têm relativamente ao papel que desempenham através da exposição a outras ideias sobre o papel dos sexos ou através das experiências próprias adquiridas no âmbito da migração.
	Papel dos géneros no agregado familiar	Divisão dos trabalhos consoante os sexos	As possibilidades de migrar e os recursos provenientes da migração podem afetar a divisão do trabalho consoante os sexos num agregado familiar, tanto pela ausência de determinados membros como pela alteração da visão relativamente aos papéis dos sexos
	Estatuto das mulheres na sociedade	Papéis dos géneros	A migração pode alterar a visão da sociedade relativamente ao papel desempenhado pelas mulheres, quer seja através dos efeitos que a migração pode ter nas relações num agregado familiar ou pelo papel que a diáspora e os repatriados desempenham em campanhas relacionadas com as oportunidades das mulheres.
Social	Culturas e normas tradicionais	Mudança de valores	Os valores dos migrantes podem mudar, sendo que o regresso ou as atividades da diáspora podem alterar a cultura e as normas tradicionais.
	Estruturas familiares e redes sociais	Mudança das estruturas familiares e das redes sociais	A migração pode afetar as redes sociais tradicionais, alterando a composição real dos grupos e redes e alterando o estatuto de cada membro. A prevalência de agregados familiares “divididos” pode dar origem a novos problemas sociais.
Governança	Confiança na sociedade do país de origem.	Confiança dos cidadãos na própria sociedade.	As possibilidades de migrar podem afetar a felicidade das pessoas e a confiança que depositam na própria sociedade
	Capacidade do Estado	Disponibilidade de mão-de-obra qualificada	A fuga de cérebros pode provocar a falta de profissionais para a realizações de funções importantes para o Estado, não só ao nível dos cuidados de saúde e do ensino, mas também para realizar auditorias ou levar a cabo ações públicas, por exemplo.
	Normas governativas	Exigência para um melhor governo	Os migrantes no estrangeiro e os repatriados podem exigir melhores normas e difundir boas práticas.
	Equilíbrio de poderes	Poder relativo de grupos sociais	Alguns grupos domésticos (religiosos ou étnicos) podem usufruir dos poderes económicos ou políticos superiores na sequência de uma propensão acrescida para migrar, sendo que determinadas seções da diáspora podem exercer poder a partir do estrangeiro.
	Segurança pessoal	Criminalidade	A falta de oportunidade para migrar pode criar ressentimentos no seio de alguns grupos. A migração pode contribuir para o reforço das redes de tráfico. Os criminosos repatriados podem aumentar a criminalidade.
Ambiente	Comportamento ambiental individual	Proteção ambiental	Os migrantes e repatriados podem desenvolver a consciencialização relativa aos desafios

			ambientais e ao comportamento adequado.
	Política ambiental governamental	Importância do ambiental	Os migrantes podem exercer uma pressão acrescida sobre os Estados para que estes promovam a sustentabilidade ambiental
			A emigração de pessoas de regiões não sustentáveis do ponto de vista ambiental pode avaliar a pressão sobre os Estados para reduzir a degradação.
	Tecnologias ambientais	Impacto sobre as tecnologias que afetam o ambiente	Os migrantes podem difundir as tecnologias que afetam o ambiente de forma positiva ou negativa (por exemplo, novas técnicas de produção importadas capazes de provocar mais ou menos poluição).
Assistência	Assistência em caso de catástrofe	Apoio da Diáspora	Os migrantes no estrangeiro podem prestar assistência em tempo de crise através do aumento das remessas ou de outros tipos de ajuda.
			A disponibilidade ou assistência da diáspora pode reduzir os incentivos do Estado ou a intervenção por parte de outros agentes não-governamentais.

Fonte: ACP Migration – OBS. Org, 2011, GDN e ippr, 2007.



## Capítulo II – Guiné-Bissau: contextualização e breve descrição histórica

A Guiné-Bissau situa-se na costa ocidental de África é limitada a norte pelo Senegal, a leste e a sul pela República da Guiné Conacri. A sua superfície é de 36.125 Km<sup>2</sup>, dividindo-se em duas partes: a zona continental que representa cerca de 34.500 Km<sup>2</sup> e o arquipélago dos Bijagós que engloba a restante superfície. Em termos administrativos, o país está dividido em oito regiões (Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara, Tombali) e apenas em um sector autónomo (Bissau – a capital do país). As regiões, por sua vez, estão divididas em 36 sectores e essas secções são compostas por tabancas<sup>13</sup>. As regiões e sectores são dirigidos por Comités de Estado e encabeçados por um Presidente. Cada região é representada por sua superfície e massa populacional como consta no Quadro 2. A nível populacional, segundo o Censo de 2014, o país é constituído por 1.514,451 habitantes, tendo-se constatado uma quebra no valor registado (-2,11%), em relação a 2012, em que se registava 1.547,087 habitantes.

E, em termos administrativos, o país está dividido em 8 (oito) regiões e 1 (um) setor autónomo, a saber as Regiões de Bafatá, Biombo, Bolama/Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara, Tombali e setor autónomo de Bissau – capital. As regiões estão por sua vez divididas em sectores (36 no total) e estes em secções, compostas por tabancas (aldeias). As regiões e sectores são dirigidas por comités de Estado, encabeçado por um presidente. A cada região é representada por sua superfície e massa populacional, como consta no quadro em baixo.<sup>14</sup>

**Quadro 2 - População Guineense por Regiões e Setor Autónomo**

Regiões	Superfície em Km <sup>2</sup>	População
Bafatá	5.981,1 km <sup>2</sup>	211.662,00 hab
Biombo	838,8 km <sup>2</sup>	99.947,00 hab
Bolama/Bijagós	2.624,4 km <sup>2</sup>	33.385,00 hab
Cacheu	5.174,9 km <sup>2</sup>	192.010,00 hab
Gabú	9.150,0 km <sup>2</sup>	219.811,00 hab
Oio	5.403,4 km <sup>2</sup>	226.846,00 hab
Quinara	3.138,3 km <sup>2</sup>	64.278,00 hab
Setor Autónomo de Bissau (SAB)	77,5 km <sup>2</sup>	404.396,00 hab
Tombali	3.736,5 km <sup>2</sup>	94.752,00 hab
<b>Total</b>	<b>36.125 km<sup>2</sup></b>	<b>1.547.087 hab</b>

Fonte: GV. GW. Governo da Guiné-Bissau & INE-Guiné-Bissau-Censo 2012.

<sup>13</sup> Aldeias.

<sup>14</sup> Governo da Guiné-Bissau, 2016. Disponível em:

[http://www.gov.gw/index.php?option=com\\_content&view=article&id=393&Itemid=1804&lang=pt](http://www.gov.gw/index.php?option=com_content&view=article&id=393&Itemid=1804&lang=pt)



Este é um país atlântico com muitos rios e riachos que cortam a longa planície. A sua vegetação é do tipo savana e floresta tropical e o clima é tropical húmido. Há duas estações ou períodos climáticos durante o ano: o período das chuvas, sobretudo abundantes em julho e agosto, e o período da seca, mas ultimamente tem-se registado uma alteração significativa no regime das chuvas, que estão mais irregulares, ameaçando o equilíbrio ecológico (Lopes, 1982: 17).

Desde 24 de Setembro de 1973, data da independência da Guiné-Bissau, o país tem enfrentado uma série de dificuldades e problemas sociopolíticos pós-conflito, o que teve reflexos em diferentes etapas da construção da sua identidade enquanto país em busca do progresso social. Em 1980, ano marcado pelo golpe de Estado e época conhecida por partido único; a partir de 1986, dá-se a progressiva liberalização económica; em 1991, há uma abertura do país ao multipartidarismo; em 1994 são as eleições democráticas, somando à crescente degradação do sistema social e económico que leva a Guiné quase à insolvência; e, por último, o acontecimento mais drástico, o conflito político-militar a 7 de Junho de 1998, que arrastou o país para uma crise financeira sem precedentes, que se junta à destruição das poucas infraestruturas que existiam na altura, à falta de recursos materiais e à insegurança institucional, que origina o desencantamento político e humano por parte da população.

Também se deve salientar que, apesar da Guiné-Bissau ser um país instável e frágil a nível político e social, este também pode ser visto como uma espécie de mosaico étnico e cultural devido à sua diversidade, sendo constituída por mais de vinte grupos sociais, em que os grupos étnico-culturais mais representativos são: os Balantas, Felupes, Manjacos, Mancanhas, Pepéis, Bijagós – que são identificados com a religião tradicional africana ou animista –, e os Fulas, Mandingas, e Beafadas – de religião muçulmana (Barata *et al* 2001: 309-314),

É um país em que a economia se baseia em diferentes em diferentes sectores económicos, a destacar principalmente do tipo autossustento, e as infraestruturas são totalmente ou quase inexistentes. Apesar de serem vários os obstáculos para se encontrar o caminho para o desenvolvimento, o país conta com diversificados recursos naturais que podem fazer crescer a Guiné-Bissau a um ritmo razoável ou desejado face ao panorama de Desenvolvimento a que o país quer chegar.

A Guiné-Bissau vive num limiar da pobreza extrema, fenómeno que só tem tendência para aumentar, sendo que 79% da população vive abaixo do limiar da pobreza extrema nacional e

33% em extrema pobreza. Desde a guerra civil de 1998/1999 que o crescimento económico mal excedeu o crescimento da população e o rendimento nacional bruto *per capita*, em 2013, foi estimado em cerca de USD \$520. Ou seja, os indicadores de desenvolvimento do país ao nível das infraestruturas não são bons, principalmente no que se refere a portos, eletricidade e abastecimento da água. Por outro lado, esta circunstância também está relacionada com o facto da economia do país estar excessivamente dependente de uma única cultura – o caju –, enquanto o arroz e os combustíveis representam as importações com maior peso, o que deixa o país numa situação de vulnerabilidade ao nível das flutuações dos preços mundiais relativamente a estas três matérias-primas<sup>15</sup>.

A Guiné-Bissau, apesar de ser um país de fraca competitividade económica, em que o nível de importações é superior às exportações, não deixa de fazer parte dos 200 milhões de consumidores da CEDEAO, cujo principal objetivo consiste no estabelecimento de uma união aduaneira e de um mercado comum no sentido de promover a livre circulação de pessoas e de mercadorias nos países membros. No entanto, a Guiné-Bissau também faz parte dos 60 milhões de consumidores da União UEMOA, sendo igualmente membro do BAFD e da OUA. A Guiné-Bissau é também membro fundador (julho de 1996) da CPLP que apresenta como objetivo gerais a concertação político-diplomática em matéria de relações internacionais, nomeadamente na defesa e promoção de interesses comuns ou questões específicas; a cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico; e a materialização do projetos de promoção e difusão da língua portuguesa. (Revista-Anuário, 2000: 212).

### **História da migração guineense**

A mobilidade é uma componente central na história da Guiné-Bissau, caracterizando os modos de vida da sua população e influenciando a sua trajetória sociopolítica desde tempos remotos. A mobilidade e a migração são um traço distintivo da maior parte dos grupos etnolinguísticos que constituem a população deste país, desde os balantas (que migram para Sul, constituindo um dos grandes determinantes da recomposição populacional desse território) até aos fulas (povos nómadas pastoris, por excelência, da África Ocidental), passando também pelos

---

<sup>15</sup>The World Bank. Disponível em:

[http://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview&usg=ALkJrhitun4P0\\_xEIHdvLkqvr8VFKtRFjQ](http://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview&usg=ALkJrhitun4P0_xEIHdvLkqvr8VFKtRFjQ)

manjacos (com o seu historial de migração intercontinental)<sup>16</sup>. Os registos históricos indicam que as migrações por razões políticas datam de vários séculos na Guiné-Bissau. Segundo Teixeira da Mota, referenciado por Cardoso, desde o século XIII que há registos de migrações da população guineense para a zona costeira como no interior desta, como é o caso dos Banhuns, do Leste para o Norte, sob pressão dos Mandigas, que se tinham constituído em vários Estados à volta do Império Mandiga do Mali; ou ainda dos Fulas, por volta do século XIX. O século XIII é o período de apogeu e expansão do Império Mandinga do Mali, com as conquistas e com grandes movimentos de povos, alguns dos quais fugiam à subjugação dos Mandingas, tendo chegado ao território que hoje é a Guiné-Bissau no século XV (Cardoso, 2002).

A emigração é central para a economia rural guineense e, qualquer que seja a pertença étnica das populações, mesmo com rendimento das explorações agrícolas, há sempre uma possibilidade de emigração, seja devido à pressão fundiária, que se verifica mais na zona manjaca, seja pela necessidade “de mínimo de rendimentos monetários não encontráveis na Guiné-Bissau”. (Hochet, 1983: 106, in Machado, 2002: 77). Muita da migração sucedida no território guineense era do tipo sazonal, sendo algumas etnias obrigadas a deslocarem-se para certas zonas devido à pressão demográfica, ecológica ou económica – como é o caso de Pepéis ou Manjacos, o seu período de migração do norte para sul, para o leste ou ainda para Bissau, acontece sempre na época da seca, por razões essencialmente económicas e também pela exploração das palmeiras ou pela confecção dos tradicionais panos de pente; quanto aos Bijagós, a deslocação ocorre na época das chuvas; relativamente aos Mancanhas e demais grupos étnicos aproveitam o tempo seco para se deslocarem para Bissau e a outros centros urbanos à procura de emprego ou para se dedicarem a outras atividades produtivas. No que diz respeito às migrações de carácter definitivo, registam-se as migrações de Balantas da região de Oio, setor de Mansoa para as regiões de Quinara e Tombali, sendo a população maioritária; dos Fulas que em grande escala povoam hoje os setores de Quebo e de Bedenda no sul; e, dos Mandingas, que de forma massiva, se deslocaram e fixaram-se na região de Oio a partir da segunda metade do século XIX, depois da derrota militar sofrida diante das Fulas, provocando a derrocada do Império de Kaabu/Gabú, no Leste, cuja capital era Kansala<sup>17</sup>, no setor de Pirada. (Cardoso, 2002: 37-41).

---

<sup>16</sup> Sangremann, 2012: 35.

<sup>17</sup> Segunda a história, é uma parte de território, concretamente no leste do país, que pertence à República da Guiné-Bissau, com a dominação, no passado, dos Mandingas, que formavam o Reino Mandiga. Após o

Também devemos salientar a mobilidade transfronteiriça da Guiné, como é o caso da longa tradição de mobilidade da região norte da Guiné-Bissau para o Senegal, protagonizado principalmente, mas não de forma exclusiva, por elementos de etnia Manjaco, que eram os intermediários entre os comerciantes europeus e locais e também se deslocavam no contexto do cultivo de amendoim e colheita da borracha<sup>18</sup>.

Nos anos 1950, devido à repressão colonial, estimava-se que cerca de 50 mil guineenses tivessem emigrado para fora da Guiné Portuguesa (Anderson: 1966). Nesse período, alguns elementos da etnia Balanta terão emigrado para a Guiné-Conacri, enquanto os Fulas, Mandingas, Manjacos e Mancanhas emigraram para a República do Senegal (Cabral: 1974)<sup>19</sup>. Contudo, é de destacar também o período de colonização efetiva, a partir de finais do século XIX, que causou movimentos populacionais de grande amplitude. Por outro lado, a imposição de diversas medidas típicas de exploração e violência colonial, como a imposição de trabalhos forçados, ou de culturas agrícolas obrigatórias, também gerou fluxos populacionais específicos. No caso do período colonial, as deslocções populacionais estiveram principalmente associadas aos da repressão política e à destruição associada à guerra de independência (1963-1974)<sup>20</sup>.

### **Portugal, na rota da imigração guineense**

Como é sabido, os laços históricos, linguísticos e geográficos e a proximidade cultural, influenciaram a escolha de Portugal como destino preferencial dos migrantes guineenses. Essa maior afluência de mobilidade de guineenses foi principalmente notável no período de pós-independência da luta libertação nacional contra o colonialismo português.

O fluxo da migração em direção a Portugal foi particularmente intenso entre meados dos anos 80 e anos de 90, mas não era a primeira experiência de migração europeia dos guineenses, uma vez que, em diferentes momentos do século XX, houve uma emigração de Manjacos e, em menor escala de Mancanhas, para França, utilizando o Senegal como trampolim de passagem

---

conflito militar entre Mandinga e Futa Jallon, oriundo do Mali, em que os Futa Jallon acabaram por vencer, dá-se o fim do reinado dos Mandigas, afirmando-se a hegemonia do Mali e extinguindo-se o império África ocidental.

<sup>18</sup> Sangremann, 2012: 36.

<sup>19</sup> <http://www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/Guineabissaufinallayout.pdf>

<sup>20</sup> Sangremann, 2012: 19-22.

direta para chegar a França. Trata-se de uma emigração que provém pelo menos dos anos 1930, sendo o ingresso na marinha mercante uma das vias utilizadas para chegar aos destinos desejados.

A migração dos anos 80 e 90 para Portugal não tem precedentes na história da Guiné-Bissau, já que tudo indica que esse fluxo ultrapassa o da tradicional emigração manjaca e mancanha para França, dado que a composição dos migrantes é muito distinta. Se é verdade que há muitos manjacos e mancanhas entre os que vêm para Portugal, o que se destaca agora é um tipo de emigração que abrange pessoas das mais variadas origens étnicas guineenses, pertencentes aos setores urbanos e escolarizados, uma vez que os que seguiam para França, via Senegal, eram de extração rural e camponesa, o que não é o caso da emigração para Portugal, em que o mais visível é o recrutamento das camadas médias de Bissau (Machado, 2002: 79). Contudo, a emigração guineense dos anos 80/90, é provocada por um conjunto de fatores económicos e sociais de repulsão e demográficos.

Na primeira década após a independência, o fluxo de migração guineense era fundamentalmente de carácter político e, a partir da década de 1980, aparece uma nova vaga da migração – a migração económica, que começou gradualmente a impor-se. E nela era visível a aceleração da migração rural-urbana, que é uma característica da migração económica. A migração intercontinental em direção à Europa constitui uma válvula de escape muito importante face à deterioração das condições de vida nas áreas rurais, permitindo assim mitigar aquilo que poderia ter sido um processo de urbanização mais explosivo e permitindo o acesso, por parte de muitas famílias, a fluxos de remessas que são cada vez mais crescentes na sociedade nacional, o que originou o auge de migração laboral guineense em direção a Portugal. Esta segunda grande vaga migratória com destino a Portugal apresenta características bastante distintas das da primeira vaga. Enquanto a primeira vaga era tendencialmente urbana, oriunda da “sociedade crioula” e mais qualificada, a segunda vaga, associada à migração laboral da década de 1980 em diante, revelou-se bastante mais diversa em termos de origens étnicas e geográficas (no que se refere aos contextos de origem na Guiné-Bissau) e era tipicamente menos qualificada<sup>21</sup>.

Esta migração de tipo económica diversificou os destinos e também tem novas características inovadoras, apesar da tradição continuar a ser uma migração essencialmente masculina, estes já apresentam uma educação liceal. Relativamente aos destinos, os países europeus mais procurados conforme a oferta de emprego são: Portugal, nas obras públicas;

---

<sup>21</sup> Sangremann, 2012: 23.

Espanha, em trabalhos rurais; e, a França e Inglaterra, por serem canais de emigração que já se encontravam abertos. Este tipo de motivação laboral e económica para emigrar traduz-se na diversificação da origem social, nos seus objetivos, e nas formas de atuação da diáspora guineense atualmente, o que se reflete na própria diversidade do país. (Carvalho, 2010: 5-6).

Para além de Portugal ser um destino preferencial por parte dos guineenses devido à proximidade cultural, linguística e histórica que junta estes países, como já foi referido anteriormente, Portugal também se torna para os guineenses num destino estratégico para acesso a outros países europeus, em que há uma maior atração económica. O número de cidadãos guineenses residentes em Portugal tem crescido significativamente e, ainda de acordo com o Recenseamento Geral da População de 1981, os guineenses residentes em Portugal nesse ano era de apenas 1.126, a menor comunidade estrangeira proveniente dos PALOP, mas desde então para cá, houve um aumento do volume dos indivíduos guineenses. (Machado, 2002: 84-85).

Constata-se o crescimento de número de cidadãos guineenses residentes em Portugal, segundo os dados estatístico de relatório de Serviço de Estrangeiro e Fronteira (SEF) como se pode verificar através do Quadro 3.

**Quadro 3** - Número de população guineense residente em Portugal

<b>Ano</b>	<b>Residentes</b>	<b>(%)</b>
2000	16.006	100%
2001	17.580	9.83%
2002	19.113	8.72%
2003	20.209	5.73%
2004	20.825	3.05%
2005	21.258	2.07%
2006	24.513	15.31%
2007	23.733	-3.18%
2008	24.390	2.77%
2009	22.945	-5.92%
2010	19.817	-13,63%
2011	18.487	-6.71%
2012	17.759	-3.94%
2013	17.846	0.49%

**Fonte:** SEF

Os números referenciados no Quadro 3 representam a escala de oscilação a nível do crescimento/decrécimo de cidadãos guineenses residentes em Portugal ao longo dos últimos anos. E, a partir destes dados e da análise dos mesmos, constata-se que existe um número

considerável de crescimento populacional de imigrantes guineenses em Portugal, uma vez que nos últimos anos, a média dos números de cidadãos guineenses residentes em Portugal cresceu de 16.006 residentes para 21.258 imigrantes a partir do ano 2000 até o ano 2005. E de 2006 a 2013 tem-se verificado uma diminuição considerável de imigrantes guineenses, dado que a valor médio registado desceu de 24.513 residentes do ano 2006 para 17.846 em 2013. Esta queda deu-se devido à crise financeira no espaço europeu, com um forte impacto em Portugal nas diferentes áreas sociais e no sector financeiro, o que acaba por influenciar a emigração de guineenses que procuram novas oportunidades e estabilidade económica; a questão da naturalização (aquisição da nacionalidade portuguesa), em que o individuo deixa de ser considerado imigrante e passa a fazer parte dos dados estatísticos somente enquanto “português”; e, a alternância das ideias que vigorava nos primeiros tempos na escolha de Portugal como destino de migração, existindo atualmente mais países atrativos que facilitam em muito a migração dos guineenses.

### Capítulo III – Associativismo na migração

Para Toqueville, o associativismo na área de administração local e regional tem um papel importante e decisivo nas organizações das sociedades democratas, tendo em vista a compatibilização entre dois valores julgados irreversíveis e difíceis de conciliar – a liberdade e a igualdade. Este também defende que o associativismo vem criar novas formas de sociabilidade nas sociedades modernas em substituição das antigas formas de sociabilidade nas sociedades tradicionais, assentes em valores que já não são predominantes, uma vez que nas sociedades tradicionais a integração social dos indivíduos dava-se nas instituições, ou seja, nos tramas de relações sociais em que estavam inseridos desde a nascença (a família, os grupos de parentesco, a comunidade, as corporações, as relações senhorias), pois o indivíduo nunca era visto isoladamente.

Na passagem para as sociedades modernas, é possível verificar uma mudança de valores das ideias que agentes sociais fazem de si próprios e da sociedade como a destruição ou transformação das antigas formas de sociabilidade. E essas relações existentes de comunidade e de parentesco nas zonas urbanas acabam por fazer sobressair o cidadão e os seus direitos individuais, na igualdade perante a lei e o Estado, perante os seus cidadãos. E por meio deste ponto surge a importância das associações em paralelo com a administração local nas novas formas de sociabilidade. Quando Toqueville fala na questão da igualdade e liberdade, este defende o princípio das associações livres e com valores da cidadania.

Durkheim, no seu estudo sobre associativismo, apresenta algo muito específico, quer pelo tipo de associações que ele propõe (as corporações ou agrupamento de indivíduos pelo mesmo ofício), quer pelos objetivos que estão consagrados na organização social. Pois este considera que um dos problemas fundamentais das sociedades modernas reside na aquisição de novos mecanismos sociais que reforçam a solidariedade social, dado que nas sociedades tradicionais o fraco nível de divisão social do trabalho origina uma integração e solidariedade social resultante da forte consciência coletiva, em que a família e a religião desempenham um papel importante.

Para Meister, o associativismo nas sociedades tradicionais é mobilizado por um princípio de sociabilidade formal, sistema rígido de papéis e deveres individuais, ou seja, uma sociedade e sociabilidade do tipo totalitário, em que toda a vida do indivíduo está definida à partida e dentro de esquemas rígidos. Vendo as associações “voluntárias” das sociedades modernas como uma



libertação dos indivíduos dos constrangimentos dos grupos de origem que contribuem para a mudança social através do empenhamento das camadas populares<sup>22</sup>.

As associações na migração têm dois modos particulares: 1. o asseguramento da manutenção e conservação, perpetuação, difusão e afirmação dos padrões da cultura de que os migrantes são portadores; e, 2. base estratégica de atuação, que visa a inserção e integração do associado na sociedade de acolhimento, visto que a migração é um ato de mudança a vários níveis que exige um processo de adaptação ao novo contexto social e cultural, sendo uma etapa importante nos primeiros tempos de fixação. É por isso que o associativismo na migração é criado com o intuito de responder às dificuldades que pairam nas comunidades étnicas migrantes, tendo consciência da necessidade de reunir esforços e desenvolver iniciativas que permitam atenuar ou ultrapassar determinadas dificuldades. Com esses grupos informalmente existentes e indivíduos que vivem de forma isolada, dá-se lugar a estruturas formais de âmbito alargado que congregam indivíduos e famílias por uma proeminência comum e pela partilha de uma herança cultural.

Segundo a perspectiva do sociólogo John Rex, as associações de migrantes não podem ser entendidas como simples instrumentos sociais suscetíveis de serem mobilizados tendo em vista determinados objetivos coletivos, uma vez que estas estruturas funcionam também como meios que permitem preservar a herança cultural do grupo ou reforçar a sua identidade étnica. Por isso o autor destaca quais devem ser as quatro funções principais das associações de migrantes ou associações étnicas: 1. ajudar a vencer isolamento social, 2. afirmar os valores e as crenças do grupo, 3. proporcionar um apoio assistencial aos seus membros, 4. agir na defesa dos seus interesses e na resolução de conflitos com a sociedade recetora. As duas primeiras funções estão relacionadas com a preservação da comunidade ou do grupo étnico, a terceira reúne em si objetivo de natureza comunal e associativa e a quarta função é puramente associativa, no sentido em que é estabelecida deliberadamente com base em propósitos consensuais e possui um poder essencialmente material (John Rex, 1994, in Albuquerque, 2000: 15-18).

As associações de migrantes também permitem criar ou reativar laços sociais entre os elementos do grupo, alimentando um sentimento comum de pertença; procuram responder de forma articulada a dois tipos de necessidades fundamentais: a manutenção e afirmação da cultura de origem ou os traços principais que a enforma ou a consolidação de um sentimento de pertença

---

<sup>22</sup> Viegas, 1986: 109-111.

com base numa filiação identitária e o prosseguimento de determinados objetivos comuns, na sua maioria decorrentes da necessidade de inserção e do desejo de integração num novo contexto social e cultural. Ao nível da preservação dos modelos de cultura originais, as associações de migrantes desempenham um papel importante, dado que permitem reativar, de forma permanente, o elo de ligação às raízes e, em paralelo, promover a transmissão de uma herança cultural às gerações descendentes, como é o exemplo da manutenção da língua materna no contexto familiar, comunitário ou associativo e o seu ensino formal às crianças desde idade infantil, a comemoração de datas festivas de carácter religioso ou profano, a organização de festas e de convívios frequentes e a constituição de grupos de expressão cultural, em que estes agrupamentos artísticos na sua maioria de cariz folclórico, têm como objetivo preservar e exaltar as tradições populares (em especial a música e a dança), assumindo o valor de símbolo do território com o qual o grupo migrante se identifica (Viegas, 1998: 55-57). Este é o caso das associações criadas pelas diferentes etnias guineense em Portugal, que procuram representar a identidade da sua localidade, vanguardando o seu espírito de socialização, conforme as suas diversidades culturais e costumes dos seus locais de origem. Normalmente as suas associações são de carácter assistencialista, mas cada uma com a sua ideologia e objetivos próprios, principalmente no que diz respeito às parcerias de apoio à política de desenvolvimento da Guiné.

### **Associativismo de imigrantes guineenses na diáspora (Portugal)**

O associativismo guineense na diáspora centra-se na inclusão social, na defesa e apoio aos conterrâneos na resolução dos mais variados problemas e assume um carácter de proteção da identidade cultural, dialético tradicional do país de origem. E esta preservação serve de aprendizagem de culturas, tradições e língua do país para os seus filhos. E sem esquecer que grande parte das associações que são criadas em Portugal possuem uma ideologia de apoio no desenvolvimento ao país de origem em prol do bem-estar das comunidades através das parcerias e apoios, aí é possível encontrar alguns dos traços semelhantes que existem em relação ao espírito de associativismo na Guiné-Bissau, em relação à sua forma de atuar no apoio ao desenvolvimento da Guiné e na intervenção local/comunitária.

As associações das comunidades migrantes representam o estado evoluído do capital social dos imigrantes, através do reforço da capacidade de organização, da identidade coletiva, da partilha de objetivos comuns. As associações guineenses em Portugal foram constituídas faseadamente durante o processo de crescimento do fluxo migratório e por iniciativa de

comunidades diferenciadas. E a fase que vai definir o surgimento e pré-consolidação das associações das comunidades migrantes guineenses em Portugal é inicialmente marcada pela influência das redes familiares e de parentesco/etnia e pela formação das próprias comunidades migrantes, que estão confinadas num espaço de vida na malha urbana. Esta formação comunitária é resultado de um processo de seleção e de integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento, sustentada pelo crescimento significativo do fluxo migratório<sup>23</sup>.

Apesar das associações guineenses terem uma estrutura interna complexa, é possível distingui-la em três níveis de estruturação: as redes sociais, as associações e as federações. As redes informais tiveram um papel importante na ajuda à migração para Portugal e na prestação de serviços aos recém-chegados em questões como acesso ao trabalho, alojamento, legalização e outros recursos indispensáveis ao seu estabelecimento, sendo um fator que influencia a escolha de Portugal como destino dos guineenses migrantes. Mas estas funções sofreram algumas revezes com as recentes medidas de controlo da migração ilegal. Atualmente, estas redes têm como principal função a sociabilidade de grupo e a entajuda nos cuidados dos filhos e em momentos de emergência (como o desemprego, a doença ou a morte)<sup>24</sup>.

A maioria do universo associativo guineense emergiu a partir destes coletivos, mesmo que informais, sendo analiticamente visto como pré-associações, ou seja, associações em potencial, num estado ainda primitivo, mas com um papel suficientemente relevante para que nelas se possam localizar as raízes das associações atuais. Desempenham um papel importante na ampliação e consolidação da dinâmica migratória guineense, por razões já referenciadas anteriormente (o apoio aos recém-chegados na procura de emprego e alojamento, normalmente partilhado e, ainda proporcionava uma cobertura social mobilizável)<sup>25</sup>.

Esta formalização de redes sociais informais acabou por influenciar a formação da primeira associação de migrantes guineenses – a AGUINENSO –, uma instituição particular de solidariedade social fundada em 1987. Foi a primeira organização a desenvolver atividades de apoio aos guineenses radicados em Portugal num contexto de marginalização social, económica, cultural e política de grande parte desta população. Embora a sua ação privilegie a promoção da integração social desta comunidade, os seus serviços abrangem também outras comunidades

---

<sup>23</sup> C6, 2004: 8-9.

<sup>24</sup> [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista\\_6/Migr6.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_6/Migr6.pdf) (pp. 85-86).

<sup>25</sup> Carreiro, 2007: 10.

africanas e a comunidade portuguesa, atuando em diversas áreas, com prioridade para a assistência social, jurídica e médica (Albuquerque *et al*, 2000: 41).

### **Um olhar sobre o papel de associativismo na Guiné-Bissau, em relação ao associativismo de imigrantes guineenses em Portugal**

O objetivo consiste em estabelecer uma relação comparativa associativa por meio de duas realidades diferentes, conforme os objetivos norteadores na formação das associações. A criação de associações na Guiné-Bissau, para além de serem vistas como o elo de complementaridade do papel do Estado na resolução das necessidades sociais, também desempenha um papel interventivo ao nível da sensibilização social, dada a sua política de proximidade com as populações. E ao nível da diáspora, o associativismo de migrantes funcionam mais ao nível da defesa dos direitos humanos (ou direito de imigrantes), na integração e divulgação da cultura do país de origem e numa aposta forte virada para o apoio da política de desenvolvimento local do país de origem, através das suas parcerias com ONG, associações locais e governamentais.

### **Associativismo na Guiné-Bissau**

A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau favoreceu uma explosão de formas de organizações sociais, desde partidos políticos a sindicatos livres e independentes, passando pelos agrupamentos de cariz económico-empresarial autónomo até às ONG e associações de base local e comunitária<sup>26</sup>.

O associativismo na Guiné-Bissau é de carácter intervencionista a nível político, social, comunitário e de proximidade com as populações com vista a responder os problemas das comunidades e em fazer passar as mensagens de sensibilização a diferentes níveis de carácter sociais.

Na Guiné-Bissau, dado o mosaico de grupos étnicos, as pessoas sempre se solidarizaram e associaram, na maior parte das vezes de forma temporária, na busca de soluções para resolver os problemas comuns ou individuais ligados aos aspetos sociais, económicos, culturais e religiosos da comunidade. A solidariedade e entreajuda são valores sociais e culturais que caracterizam todos os grupos étnicos que constituem a nação guineense. As pessoas organizam-se em grupos temporários ou permanentes, conforme a sua idade ou sexo, para realizarem atividades produtivas, sociais, culturais e religiosas, sendo que os órgãos sociais funcionam da seguinte

---

<sup>26</sup> Barros, 2011: 2.

forma: as pessoas que vão fazer parte dos órgãos sociais não são remuneradas pelas funções que desempenham e a sua escolha é feita normalmente numa base de confiança, respeito e da dinâmica que a pessoa tem dentro da sua comunidade. Assim, as pessoas escolhidas sentem este ato como um sinal de reconhecimento de um certo estatuto social por parte da comunidade onde estão inseridas, o que faz com que estes líderes resistam a qualquer ato ou mecanismo que possa provocar a rotação de poder, pois mesmo não auferindo um salário pelas funções que desempenham nessas organizações, o cargo é um sinal de prestígio, respeito e acesso a meios de poder. Os ganhos financeiros e simbólicos que muitas vezes as organizações conseguem através dos serviços que prestam à comunidade ou a elementos da comunidade não são investidos no desenvolvimento estrutural, económico e financeiro da organização; são normalmente utilizados para resolver problemas sociais dos membros ou de qualquer elemento da comunidade ou são utilizados para as festas da comunidade, que são um indicador de bem-estar. Por vezes, quando a organização não tem fundos e um dos seus membros tem problemas sociais, os outros membros recorrem à quotização para o apoiar. Estes fatos refletem os objetivos dessas formas de organização, que priorizam os aspetos sociais em relação aos aspetos económicos e financeiros (ACEP, 2000: 119-120).

Outro fenómeno que se tem vulgarizado são as associações juvenis, muito interventivas na contribuição para o bem-estar do desenvolvimento da Guiné-Bissau e em defesa dos direitos e oportunidades para os jovens. A importância das associações juvenis na sociedade guineense revelou-se sobretudo no período pós-conflito político-militar 1998-1999, devido à desestruturação quase completa do Estado, num espaço onde entraram as associações e grupos juvenis de diversas índole (solidariedade, ambientais, de bairro, de escola secundárias, culturais, desportivo, género etc.), como as associações ASA, GNT, AJOCUB, AJOBS, Movimento Cultural Conexão Roda Livre, AJUDEC, AJF, entre outras, que contribuíram decisivamente para mudanças nas representações sociais sobre os jovens e o seu papel na sociedade guineense, revelando assim uma notável capacidade de adaptação à difícil situação sócio-político e militar, desenvolvendo uma ampla ação nos domínios de higiene e saneamento urbano, ação cultural, reforço da participação, ação cívica e cidadão ao nível local e nacional. Mas se anteriormente o setor onde o movimento associativo conheceu uma maior vitalidade foi os das associações de jovens e agrupamentos de mulheres, hoje este processo foi descontinuado devido a fatores de diversas ordens; do ponto de vista da estratégia individual, muitos jovens encaram a sua

participação na vida associativa como um meio para mais rapidamente terem acesso a uma bolsa de estudo ou ganharem alguma projeção social (aparecimentos públicos, visitas de intercâmbios, missões de serviços, e até postos no governo). As associações representam escolas de cidadania, espaço de participação, de trabalho em equipa e de aprendizagem contínua, que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da sociedade e defendem os interesses dos jovens, especialmente daqueles em situação de desvantagem social, colaborando na resolução de necessidades sociais concretas e gerando com originalidade propostas novas e alternativas de melhoria das comunidades<sup>27</sup>.

Hoje, existem em Portugal uma imensidão de associações de imigrantes guineenses de diverso cariz (político, social, cultural e estudantil). Só de âmbito local, existem cerca de 33 associações guineenses, mas nem todas reconhecidas pelo ACIME, atuando como associação informal, com o apoio das câmaras e autarquias locais. Em termos de etnia, no universo de associações existentes em Portugal, os manjacos têm o maior número de associações de âmbito assistencialista, o que pode ser justificado pela maior concentração deste grupo étnico em Portugal. Tendo em conta estes princípios cada associação na diáspora procura criar os seus grupos/associação que se identifiquem com os costumes locais em representação e em defesa da sua aldeia de origem. Por meio de estudos empíricos e documentais confirma-se a existência de cerca de 63 associações de migrantes guineenses em Portugal, das mais diferentes categorias: religiosas, étnicas, políticas e sociais, como se ilustra no quadro que se segue:

---

<sup>27</sup> Barros, 2011: 10-15.

**Quadro 4 - Tipologia das Associações de Migrantes Guineenses**

	<b>Descritores</b>	<b>Associações</b>	<b>Referência Étnica</b>	<b>Nº total de Associações (61)</b>	<b>Reconhecida pelo ACIME/ACIDI (16)</b>	<b>Peso Relativo (100%)</b>
Categoria 2	Âmbito religioso Vocação religiosa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Associação dos Gentes Evangélicos Guineenses em Portugal.</li> <li>- Associação dos Muçulmanos Naturais da Guiné-Bissau Residentes em Portugal.</li> </ul>	Cristãos, Muçulmanos	2	0	3%
Categoria 3	Âmbito local Vocação assistencialista	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ANPRP – Associação dos Naturais do Pelundo Residentes em Portugal.</li> <li>- AFAIJE – Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Jeta.</li> <li>- Associação Coligativa Bissau-Biombo e Amigos.</li> <li>- CABÁS GARANDI – Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Bolama.</li> <li>- Federação das Associações de imigrantes e Amigos do Sector de Calequisse em Portugal.</li> <li>- Associação dos Naturais e Amigos de Região de Cacheu.</li> <li>- Associação dos Emigrantes Bajobe-Bipar.</li> <li>- Associação Moura-Bissau.</li> <li>- Associação dos Filhos de Farim.</li> <li>- Imigrantes de Bô em Portugal.</li> <li>- Associação dos Filhos e Amigos do Setor de Pitche em Portugal.</li> <li>- AGFBA- Associação dos Guineenses dos Filhos de Bassarél.</li> <li>- Associação dos Filhos e Amigos de Patchana.</li> <li>- Associação dos Imigrantes e Amigos Batucar.</li> <li>- Associação dos Filhos e Amigos da Região de Gabú.</li> <li>- Associação Amigável Babanda Ucinho Bucul.</li> <li>- AFAB- Associação dos Filhos e Amigos de Bafatá.</li> <li>- Associação de Imigrantes de Tame.</li> <li>- AFAB – Associação dos Filhos e Amigos de Bachil.</li> <li>- AUIPB – Associação Unidos para o Progresso da Ilha de Bubaque.</li> <li>- Associação Balodiren.</li> <li>- Associação dos Filhos e Amigos da Ilha das Galinhas – GHAM-AHTÉ.</li> <li>- AGDA – Associação Guineenses dos Descendentes e Amigos de Pecixe.</li> <li>- AFAREGA – Associação de Filhos Amigos e Residentes de Reno Gambiafada</li> <li>- Associação dos Filhos Unidos de Binhante</li> <li>- Associação dos Emigrantes Umondi – Guiné-Bissau</li> <li>- AFSAGB – Associação dos Filhos do Sul e Amigos da Guiné-Bissau</li> <li>- ANAC – Associação de Naturais e Amigos de Caió</li> <li>- ADERP – Associação Djoquere Endam Residentes em Portugal</li> <li>- AFF - Associação dos Filhos e Amigos de Forréa</li> </ul>	Manjacos em, 48% dos casos	33	4	54%

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- FAIASCAP-P-Federação das Associações de Imigrantes e Amigos do Sector de Calequise em Portugal.</li> <li>- Associação Baboque em Portugal</li> <li>- AFDAC – Associação descendentes e Amigos de Canhobe</li> </ul>				
Categoria 4	Diversos (geminções, associações de estudantes...)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Associação de Estudantes Guineense em Lisboa</li> <li>- ASAG – Associação Académico de Quadros Guineenses</li> <li>- Associação Ajuda Mútua Alcaussara</li> <li>- ASAG – Associação Académica de Quadros Guineenses</li> <li>- Bolanha – Associação Guineenses de Quadros e Estudantes</li> <li>- BURBUR - Associação Cultural</li> </ul>	Irrelevante	6	2	10%

*Fonte: CIES e-Working Paper Nº 26/2007. ACIME. Embaixada da Guiné-Bissau em Lisboa.*



## **Capítulo IV – Estudos de caso: as associações migrantes guineenses em Portugal nos projectos de cooperação e apoio ao desenvolvimento local-Guiné-Bissau**

Para efeito de estudo de caso, foram seleccionadas 10 associações de migrantes guineenses em Portugal, cujas intervenções incidem no apoio ao desenvolvimento das comunidades do país de origem, e no apoio aos conterrâneos residentes na diáspora/Portugal. As associações seleccionadas são: associação dos naturais de Pelundo residentes em Portugal, associação dos filhos e amigos da Ilha de Jeta-núcleo de Portugal, associação de naturais e amigos de Caió, federação das associações de imigrantes e amigos do setor de Calequisse em Portugal, associação unido para o progresso da Ilha de Bubaque, associação filhos e amigos de Bachil, associação de imigrantes guineenses e amigos Sul Tejo, associação dos filhos e amigos da Ilha de Galinha, associação dos filhos amigos de re(i)no gambiãfada e associação dos crentes evangélicos da Guiné-Bissau em Portugal.

### **ANPRP – Associação dos naturais de Pelundo residentes em Portugal**

A ANRP é uma associação oriundo da zona insular da Guiné-Bissau, da localidade de Pelundo situada na zona Norte da Guiné que faz parte da região de Cacheu e com a ligação ao setor de Canchungo. Pelundo é uma zona muito diversa etnicamente e em tradições culturais (etnia manjaco e balanta, predomínio da religião muçulmana em relação a católicos e animistas. Entre eles também estão indivíduos de etnia manjaco que se converteram à religião muçulmana).

Relativamente à migração, os indivíduos oriundos de Pelundo têm representado um número considerável de imigrantes espalhados entre o continente africano – Senegal, Gâmbia, Guiné-Conacri – e o continente europeu – Portugal, França, Espanha –, mas é na Europa que se concentram mais. Com a escolha de Portugal como destino da migração para os filhos de Pelundo e do seu constante crescimento, principalmente nos anos 80 e 90, as primeiras fases de maior fluxo de migração guineense para Portugal, acabaram por criar a associação dos naturais de Pelundo residentes em Portugal, com vista a reativar todos os filhos de Pelundo que se encontraram aqui para apoiar melhor a integração na sociedade portuguesa e defender os seus direitos. Tal como afirma Malam Gomes<sup>28</sup> “a ideia da formação da associação começou com a criação do fundo por meio da quotização na década 80 e 90 através de um grupos de migrantes

---

<sup>28</sup>Presidente da ANPRP.

dos filhos de Pelundenses com vista a fazer face aos problemas pontuais que vão surgindo com o tempo; como o caso das cerimónias fúnebres, doenças, entre outros tipos de apoios para com a sua resolução antepassada”.

Esta associação foi criada em 1992, mas só foi formalmente constituída no dia 4 de Fevereiro de 1997. Além de ser reconhecida pelo ACIDE, a associação possui sede própria, concedida pela Câmara Municipal de Lisboa, um espaço com 85 m<sup>2</sup> que inclui sala de conferência/reunião (com espaço para cerca de 75 cadeiras), gabinete da Direção, cozinha e casa de banho. A associação tem cerca de 537 sócios “e nos últimos anos este número tem registado uma queda para metade, tendo em conta as deslocações dos mesmos para os outros países a procura da estabilidade financeiro”(Malam Gomes). Esta associação ainda procura acentuar e respeitar os princípios dos valores culturais e tradicionais de cada etnia (fulas, mandingas, papéis, balantas, existindo poucos manjacos filhos de Pelundo, tendo em conta a origem e a história da associação) no seio desta, dado que não se constata no seu seio a exclusão de pessoas ou etnias que queiram fazer parte da organização.

A ANPRP não está centrada simplesmente na resposta ao seu objetivo, mas também procura estabelecer redes de parceria com outras associações (AFAB, AGUINENSO, Guineáspora, AGPD, Associação dos Cabo-Verdianos em Outorela e de Caxias). Estas parcerias inserem-se num quadro de intercâmbios culturais, *workshops* e conferências, que se estende a núcleos de associações que pertencem os filhos de Pelundo residentes nos outros países, como na França, Espanha, Dakar e Guiné-Bissau, que é o núcleo mãe, o órgão central donde vêm todas as informações relevantes que são emitidas para as associações na diáspora, que vão servir na elaboração dos projetos interventivos no apoio ao desenvolvimento local. “O objetivo aqui é procurar estabelecer a coordenação entre as associações com base das consultas com vista a evitar as duplicações dos projetos e da sua execução no país de origem. Ainda está previsto para breve uma conferência anual de encontro de todos associações de diferentes países dos filhos e amigos de Pelundo que serão representadas por direção de cada associação.” (Malam Gomes).

No que diz respeito aos projetos executados, a associação tem realizado diferentes trabalhos e projetos de parcerias de apoio aos filhos de Pelundo residentes em Portugal, que mais tarde, foi também alargada à Guiné, em apoio ao desenvolvimento local. Mas em Portugal, para além de esta apoiar os filhos de Pelundo, também apoia os seus amigos com formação escolar,

principalmente na formação profissional (áreas como informática, eletrotécnica, entre outras). O projeto contou com a parceria do Centro de Emprego de Cascais, Conde Redondo e de Amadora.

Em 1999, em nome da associação, realizou-se uma formação de Alfabetização de Português, nível I e II, onde participaram 22 sócios, a qual contou com o apoio de ACIME, com financiamento do Ministério da Educação do Estado português.

Em 2003 foi criado um projeto de formação ao abrigo do programa operacional da Região de Lisboa e Vale de Tejo, que consiste na desconcentração do emprego, Formação e Desenvolvimento Social, o qual contou com o financiamento do Fundo Social Europeu e do Estado português no valor de 300 mil euros. Nesse quadro, 15 jovens sócios da associação beneficiaram de uma formação em instalação de sistemas informáticos com duração de 1 ano e seis meses; e, todas as despesas da formação foram custeadas pela associação, desde os subsídios aos formados no valor de 450 euros mensais até às despesas dos formadores, e ao aluguer das salas de aulas. Malam Gomes diz que a “associação nunca ausente das suas responsabilidades para com os sócios e filhos de Pelundo, principalmente nos momentos difíceis. Esta procura sempre cumprir com o seu papel por mais que seja difícil. E neste âmbito, associação já custeou a viagens de cinco repatriamentos dos filhos de Pelundo para a Guiné, e outros por motivo da doença e óbitos”.

Nos últimos anos foram levados a cabo vários projetos de cariz social no apoio às comunidades financiados pela associação, e outros projetos executados tiveram o apoio de parceiros estratégicos da associação, principalmente os que estavam ligados aos projetos de apoio aos programas de desenvolvimento, entre eles a ONG Jardel, sediada na Guiné, região de Cacheu, que apoia esta associação no âmbito da sensibilização local sobre a prevenção das doenças e de entre outras ações levadas a cabo, tudo a pensar no bem-estar das comunidades locais. Os outros parceiros são: o Instituto Marquês de Valle Flor, a Fundação Calouste Gulbenkian e o ACIDI/ACIME que dão o apoio no financiamento dos projetos e na integração dos filhos e amigos de Pelundo em Portugal.

Em 1993, com recursos financeiros internos da associação por meio da quotização, foi financiada a compra de um gerador para o Pelundo que serviu de apoio às comunidades de origem no uso para a educação escolar, posto sanitário e Mesquita Central (Igreja), para o uso

também na cerimónia de Gamu<sup>29</sup> que se realiza anualmente, onde participam todos os filhos de Pelundo residentes na diáspora.

Em 2000, a associação levou a cabo outro projeto que consiste na reparação de duas escolas primárias equipadas com quadros, secretarias, materiais escolares e carteiras, financiadas pelo fundo da associação em parceria com associação do mesmo núcleo em França no valor de 1 milhão e seiscentos mil escudos. E este projeto interventivo no país de origem expandiu também para outra are – a reparação da Mesquita central local.

O futuro projeto que associação pretende levar, acaba no país de origem, estando ainda em fase de análise. E incide no alargamento dos postos de saúde, melhoria do sistema educativo local nomeadamente a criação de uma biblioteca escolar, e levar a cabo a campanha de recolha dos livros aqui em Portugal em consonância com os parceiros estratégicos da associação que serão enviados para o equipamento da biblioteca local.

Para Malam, a “ANPRP tem desempenhado um papel importante no contributo para o desenvolvimento da Guiné, uma vez que tem ajudado na integração das comunidades/filhos de Pelundo na diáspora-Portugal, por outro lado tem respondido de uma forma continua na procura de soluções das dificuldades e dos problemas. No caso do país de origem, tem estado a apoiar as comunidades locais na resolução das suas necessidades em prol do bem-estar social e para com o desenvolvimento da Guiné-Bissau”.

### **AFAIJE – Associação dos filhos e amigos da ilha de Jeta – núcleo de Portugal**

A AFAIJE é uma associação de migrante oriundo da ilha de Jeta zona insular do Norte da Guiné-Bissau sob domínio da etnia manjaco. Nos últimos anos tem-se verificado cada vez mais uma intensificação dos fluxos da migração das populações que residem nesta localidade insular para os países vizinhos que fazem fronteira com a Guiné-Bissau – Gâmbia e Senegal e, para os países da europa – Portugal e França, tendo em conta a situação financeira e a pobreza na Guiné tem-se deparado desde o pós- colonialismo, o problema de falta de recursos para responder os problemas e as necessidades das populações. E esse processo de transnacionalismo migratória acabou por influenciar na criação de diferentes associações de migrantes dos filhos de Jeta espalhado em diversos países, com vista a manter a sua ligação com a identidade local por meio

---

<sup>29</sup> Festa tradicional da religião muçulmana que ocorre todos os anos em Guiné-Bissau.

dos costumes, cultura e tradições representadas na diáspora e no contributo dos mesmos no desenvolvimento do país de origem.

A AFAIJE – núcleo de Portugal é criada em 1978 por um grupo de migrantes de filhos da Ilha de Jeta residentes em Portugal, em que a associação assumiu compromissos que incidiam sobretudo no apoio aos conterrâneos da Ilha de Jeta residentes em Portugal e no contributo para o desenvolvimento local das comunidades de origem através das quotizações no valor de 10 euros mensal, privilegiando assim as áreas de intervenções (saúde, educação, infraestruturas, transportes, cultura e desporto jovem) para o uso do mesmo.

Após vários anos de reuniões na casa dos dirigentes da associação, hoje a AFAIJE conta com a sua sede própria (Anexo B e C) concedida pela Câmara de Cascais do São Pedro de Estoril devido ao papel que tem desempenhado ao «nível das comunidades e nas prestações de serviços em prol do bem-estar social: “neste espaço, todas as despesas a nível da água e luz são custeadas pela Câmara, com exceção à internet que está a encargo da associação. E todos os anos associação tem recebido os apoios financeiros por parte da câmara de Cascais no suporte das despesas do plano das atividades anuais do mesmo” (Francelino Correia)<sup>30</sup>.

Atualmente a AFAIJE conta com cerca de 286 sócios, dos quais 203 são os homens e 83 são mulheres. E dentro deste universo, a nível religioso, são maioritariamente católicos e amenista; em termos étnicos, há uma maior representatividade dos manjacos.

A AFAIJE, ao longo dos últimos anos do seu funcionamento, tem desenvolvido parcerias associativas com diferentes países em Portugal, como é o caso da fortificação dos laços de amizade, de intercâmbios culturais e experiência de associativismo na migração, no “Projeto Âncoras”<sup>31</sup> da Cáritas Portuguesa criado pelo “CLAIP”, que intervém na área da cidadania. Estabeleceu também parceria com a associação angolana de solidariedade social “ASLI “ (Associação Apoio Sem Limite) e, por último com “Centro Cultural Moldavo” na área da cidadania e cultura. Além destas parcerias, AFAIJE desenvolveu a sua funcionalidade com outras redes associativas de outros países que fazem parte do núcleo da Ilha de Jeta. Esta rede tem funcionado com base nas parcerias e sintonia entre os núcleos, na execução dos projetos que às vezes exigem a participação e decisão de todas as associações ligadas à Ilha de Jeta, existindo

---

<sup>30</sup> Presidente da AFAIJE.

<sup>31</sup>É um projeto de solidariedade social que procura dar respostas aos problemas dos migrantes para sua melhor integração. Este projeto atua exclusivamente no concelho de Cascais.

núcleos associativos em França, Espanha, Senegal e Guiné-Bissau, que é o núcleo-mãe, base de todos os núcleos na recolha das informações, no planeamento e na execução dos projetos de desenvolvimento local.

“A intervenção da associação no apoio aos sócios no país de acolhimento tem sido notável e de muitos elogios por partes dos associados e das comunidades residentes no São Pedro de Estoril, dado o trabalho que esta tem desenvolvido ao longo dos anos em defesa das causas sociais, principalmente no combate a fome, desemprego, combate a exclusão social e realçando assim a importância da inclusão interculturalismo local em prol de um bom funcionamento da comunidade, respeitando assim as diferenças étnico, racial e cultural” (Francelino Correia). O campo da intervenção da AFAIJE dá-se em diversas áreas: na área da cidadania, no qual faz o acompanhamento aos imigrantes sócios e filhos de Jeta na legalização e na procura de emprego; no campo da saúde, em que procura orientar as pessoas que vieram para o tratamento com um processo de junta médica, para resolver alguns problemas burocráticos; na educação, ajuda os jovens estudantes que vieram da Guiné na legalização dos processos de matrículas; quanto a outros campos, apoia os sócios com dificuldades financeiras; no caso de falecimento de algum sócio, a associação encarrega de todas as despesas desde a compra de caixão até a translação do corpo para o país de origem, usando assim o fundo do mesmo, que são angariadas através das cotizações dos associados. A associação também disponibiliza na sua sede um conjunto de computadores ligado a internet para o uso das comunidades locais e para aprendizagem do uso do mesmo.

Relativamente ao contributo para desenvolvimento na Guiné-Bissau, AFAIJE tem desenvolvido vários projetos na Ilha de Jeta em apoio às comunidades e, muitos destes projetos contaram com o apoio dos parceiros estratégicos da associação Fundação Gulbenkian e IPC na ação de envio de médicos voluntários para a Ilha de Jeta. Outros parceiros estratégicos, com que a associação conta com a ajuda, são: a Santa Casa da Misericórdia de Estoril e ACIDI/ACIME, que já apoiou projetos como a tecelagem de panos que foram confeccionados aqui, em Portugal, na sede da associação e de mais outros projetos que já foram apoiados pela mesma entidade. E além destes apoios, a associação conta também com o seu fundo, por via das quotas dos sócios na execução dos projetos. No ano 2009/2011 foi levado a cabo a execução de um programa de desenvolvimento local dominado “Projeto Mulheres Saúde e Rendimentos da Ilha de Jeta – Guiné-Bissau no qual contou com o financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian no valor de

29. 460 Euros com o objetivo de reduzir a pobreza local e melhorias de condições da vida da população, nomeadamente as mulheres e crianças garantindo assim aos cuidados básicos de saúde, estimulando as atividades económicas através das potencialidades dos recursos internos já existentes. E no financiamento deste projeto está incluída a reparação de centro de saúde da Ilha que acentua sobretudo na compra de dois painéis solares, frigoríficos, medicamentos e na contratação de dois profissionais de saúde (enfermeiros) para Jeta, com a garantia salarial no valor de 150 euros mensal durante dois anos de atividades. Segundo Francelino, “o centro de saúde em causa, foi construído de raiz por iniciativa da associação no ano 1997 através do fundo da quota de associação, e que não contou com apoio de nenhuns parceiros”. (Anexo D)

A AFAIJE ainda desencadeia de forma periódica as campanhas de recolha de bens-materiais usados (calçados, roupas, brinquedos, etc.), para serem enviados para a Guiné aos mais necessitados, e todas essas campanhas realizadas contaram com o apoio da Câmara de Cascais e Santa Casa da Misericórdia de Estoril no financiamento das despesas no envio dos materiais recolhidos.

No futuro próximo, está previsto a execução de um novo projeto na Ilha de Jeta, que assenta na construção de um ATL, pavilhão multiuso para as populações locais. E nele irão constar: jardim-de-infância para as crianças, pavilhão desportivo, centro do dia, sala de atividades culturais e armazéns para estacagem de materiais de associação. O projeto vai contar com o financiamento da Fundação Gulbenkian Calouste e, outra parte do financiamento será suportada através do fundo financeiro da associação: “o contributo desta associação no apoio ao desenvolvimento da Guiné-Bissau é fundamental, para além de ter mostrado a sua importância e das provas que já demonstrou neste sentido na execução dos projetos que foram levados ao cabo em mais diversas áreas sociais, esta tem tido um papel relevante ao nível da diáspora-Portugal no que diz respeito a defesa de direitos de imigrantes guineenses” (Francelino Correia).

#### **ANAC – Associação de naturais e amigos de Caió**

É uma associação oriunda da Guiné-Bissau, da localidade do setor de Caió e nele existem diferentes tabancas que fazem parte geograficamente deste setor. Apesar de neste sector existirem diferenças culturais, étnicas e religiosas, a maioria da população que aqui vive é de etnia manjacos, sendo considerada e reconhecida como a terra/espço dos manjacos e com um predomínio de amenistas.

A associação de naturais e amigos de Caió foi criada no ano 2000 com o objetivo de unificar os filhos de imigrantes de Caió em Portugal e para divulgar a cultura local na diáspora. Atualmente, a ANAC conta com 105 sócios “e este número tem vindo a registar uma descida constante devido à migração dos mesmos para outros países ou o retorno definitivo ao país de origem” (Empiano Gomes)<sup>32</sup>.

A associação conta com a diversidade étnica guineense, apresentando diferentes perfis dos sócios, desde os papéis, fulas, mancanhas até aos manjacos. Ou seja, qualquer pessoa independentemente da etnia, raça, religião pode fazer parte de associação, sem condicionalismos nenhuns, segundo o estatuto da mesma. Apesar desta abertura a qualquer tipo de público-alvo da população guineense residente em Portugal, tem registado pouca participação dos jovens e, por isso, tem desenvolvido uma estratégia nos últimos anos, que incide sobretudo num plano de sensibilização para com os sócios/filhos, para mobilizá-los a participarem nas atividades da associação, para que haja uma aproximação destes com a cultura, história e tradições da Guiné-Bissau.

A sede da ANAC situa-se no Estoril, no Centro Comercial de Galiza e, espaço foi concedido pela Câmara Municipal da Cascais, em reconhecimento do trabalho que têm desenvolvido em prol das comunidades nesse local. “A associação não tem limite no que diz respeito as áreas de intervenções, procura intervir em todas as áreas sociais em prol dos migrantes e no apoio às comunidades de origem” (Empiano Gomes).

Os seus principais parceiros são a Associação dos Filhos e Amigos de Calequisse, relativamente ao intercâmbio cultural, estando previsto para breve a implementação de um novo plano que incide sobretudo na criação de um Bloco Cultural da Região de Cacheu, em representação da cultura da região Norte da Guiné-Bissau. A ANAC também trabalha em parceria com os outros núcleos da associação (na França e Espanha), funcionando da seguinte forma: realizam intercâmbios e experiências associativas entre associações, fazem consultas entre associações quanto à execução de projetos de desenvolvimento de Caio. Outros parceiros estratégicos, que trabalham diretamente com associação no apoio aos programas e aos projetos, são a Câmara Municipal de Loures e de Cascais, que apoiam associação todos os anos nos transportes a excursões a Fátima (apenas para sócios da associação), auxiliam financeiramente no envio de materiais recolhidos para Guiné. O que já foi também o parceiro estratégico da

---

<sup>32</sup> Presidente da ANAC



associação é o “Projeto Saúde de Bandim” sediada em Guiné-Bissau que atuava diretamente no setor de Caió, no qual apoiava associação na área de logística, na facultação dos dados populacionais de Caió e na sensibilização sobre a importância da vacinação na saúde para as comunidades.

A ANAC também apoia os sócios com dificuldades financeiras, desempregados e na procura de emprego, e na legalização, em parceria com ACIME, em caso de morte de um dos sócios ou familiares, apoia na translação do corpo, em que também é obrigada a desembolsar o valor de 1000 euros para as familiares em luto, segundo estatuto da associação. E todos os anos, em meados de Dezembro, em nome da associação e com o apoio da Câmara Municipal de Cascais são oferecidos “Cabazes de Natal” para todos os sócios e comunidades locais carenciadas de São Pedro de Estoril.

Quando questionado sobre a importância da associação, (Empiano Gomes), exemplificou com os projetos que já foram executados “tudo a pensar no contributo para o desenvolvimento da Guiné, mesmo com a distancia nunca é de mais contribuir para o bem-estar das populações”: entre 2000-2003, a ANAC conseguiu implementar alguns projetos de médio prazo nas seguintes áreas: alfabetização dos adultos, corte-costura, desporto jovem (no qual o equipamento desportivo contou com o finamento da embaixada da República Popular da China em Guiné-Bissau). E na Guiné-Bissau, a ANAC tem desenvolvido diferentes projetos de desenvolvimento através dos parceiros estratégicos e dos recursos provenientes da quotização dos associados no valor de 50 euros anual. Os projetos que foram levados são a construção de dois pavilhões escolares com 6 salas de aula, no qual contou com o apoio das comunidades locais e do governo central na concessão do espaço. E em 2014 ANAC recebe o financiamento, no valor de 1000 euros, por parte da Câmara Municipal de Cascais, para o equipamento das salas de aula.

### **Federação das associações de imigrantes e amigos do setor de Calequise em Portugal**

A federação das associações de imigrantes, que representam os filhos de Calequise residentes em Portugal, a sua formação tem ocorrido com várias tentativas, desde o início dos anos 80/90, tendo uma estratégia-base: criar uma associação de Calequise que abranja outras associações que fazem parte do mesmo núcleo. Mas devido à discordância das ideias face à posição entre os representantes de cada associação, ao objetivo em causa e ao alinhamento de diretrizes da sua formação e ao seu modo da atuação, acabou por não se concretizar no período

pretendido. A sua criação só foi concretizada em 2011, a fim de se beneficiar de um programa de ajuda de desenvolvimento do Governo da Guiné-Bissau, financiado pelo Banco Mundial e gerido pelo GRD (associação francesa que estava em Guiné a organizar os jovens), no qual foram solicitadas as associações e cooperativas de cada tabanca (aldeia) por parte de governo da Guiné a fim de apresentarem as estratégias dos projetos de desenvolvimento local que, serão financiados através do órgão referenciada em cima no apoio a execução de programas apresentadas por cada entidades associativas.

Após a sua criação, prosseguiu à sua formalidade/legalização a 20 de Setembro de 2012, mas até hoje, a Federação ainda não possuiu a sua sede própria. A reunião dos sócios acontece na casa do presidente, apesar de já ter havido solicitação nesse sentido à Câmara Municipal de Lisboa, mas o processo ainda está em averiguação.

Atualmente, estão inscritos na Federação todas as associações de Calequisse que fazem parte do núcleo de Portugal. Pedro Mendes<sup>33</sup> diz que “na fase inicial da sua formação, a Federação contava com 626 membros a contar com diferentes tipos de perfis: desde os analfabetos até os que possuem a formação superior. E nos últimos anos este número tem vindo a registar uma descida devido a emigração dos sócios para outros países na procura das melhores condições de vida e financeiro”.

O objetivo da criação da Federação foi para apoiar a integração de todos os associados e filhos do setor de Calequisse, na documentação/legalização, na procura de trabalho, no apoio jurídico e também contribuir na divulgação das culturas tradicionais dos filhos de Calequisse na diáspora, e contribuindo ainda no apoio ao desenvolvimento da Guiné – comunidades locais de origens.

A federação intervém em diversas áreas do setor social, a nível educacional, de saúde, cultural, da cidadania e em ao país de origem. As intervenções nestas áreas contaram com a ajuda de várias associações, como: Associação de Babipar (oriundo da zona interior da Guiné), AFASCAP (em que a sua parceria é de intercâmbio cultural) e outras associações e núcleos de Calequisse. A Federação já trabalhou também com o SOLIM – Solidariedade Imigrante no “Projeto Cidadania”. Ainda está previsto a criação de um site que vai servir de plataforma de comunicação entre as redes Federativas de Calequisse espalhadas pelo mundo. No que diz respeito à intervenção local no apoio ao desenvolvimento do país de origem, ainda não houve

---

<sup>33</sup> Presidente.

execução de programas neste sentido: “a Federação ainda está mais concentrada em divulgar as suas ideias e na busca dos parceiros no apoio aos projetos de programa de desenvolvimento” (Pedro Mendes). Em breve, está previsto a execução de um programa que vai abranger diferentes projetos no país de origem, entre eles na área de desenvolvimento rural – criação de uma cooperativa agrícola do setor de Calequisse que vai abranger as áreas de pesca e agricultura, que tem como objetivo apoiar as comunidades no incentivo ao empreendedorismo local. E esta plataforma federativa vai atuar no terreno como ONGs que vai servir de base como o motor no apoio ao desenvolvimento local. Também irá executar-se outro projeto na área de educação – construção de escolas e residências de professores que serão equipadas com os painéis solares em todas as aldeias, o que também inclui a construção de posto de saúde que vai servir na prestação de serviços de primeiro socorro. A execução de todos esses projetos irá contar com o financiamento do fundo da Federação por meio das quotizações no valor de 12 euros anual e com o apoio das comunidades locais e a outra parte do financiamento serão por meio dos parceiros que estão a ser desencadeados. Para Pedro tudo isto irá ter um impacto a nível da estrutura social das comunidades do setor de Calequisse, além de contribuir no desenvolvimento da Guiné, vai realçar também a importância e da influência que a diáspora poderá desencadear na mudança e modos de vida das populações na sociedade Guineense”.

### **AUPIB – Associação unido para o progresso da ilha de Bubaque**

Jorge Gomes<sup>34</sup> afirma que o “associativismo nas comunidades da Ilha de Bubaque sempre existiram desde os tempos mais remotos. E tendo em conta a sua importância na unificação das comunidades e no respeito pelas tradições e usos de costumes locais que são passadas de gerações a gerações, acabou por ser a fonte de inspiração para as novas gerações dos filhos e descendentes de Bubaque, da importância de saber viver em redes e laços familiares distintas e na convivência da solidariedade. E nesta ótica a ideia, a criação do AAUPIB acabou por ser também mais uma forma de manter a tradição de unificação dos filhos de Bubaque na diáspora”.

A história da associação começou com a sua criação pelos estudantes de filhos de Bubaque residentes em Portugal, conhecida na altura como “*Liga de Frente dos Amigos da Ilha de Bubaque*”, entre 1989 a 1990. Em 2000 é rebatizada de *Associação Unido para o Progresso da Ilha de Bubaque* e é formalmente reconhecida pela ACIDI/ACIME. E os objetivos que a definem

---

<sup>34</sup> Presidente.

são o apoio às comunidades de imigrantes dos filhos de Bubaque na integração, documentação/legalização, apoio jurídico, na procura de emprego e o apoio no reagrupamento familiar.

Atualmente a AUBIP, conta com cerca de 300 sócios ativos, e dada a importância que esta tem vindo a demonstrar ao longo nos últimos anos quanto à sua intervenção nas classes sociais de migrantes, tem havido uma constante solicitação das pessoas em fazer parte associação, aumentando dia após dia o seu número de sócios devido aos interesses que as comunidades migrantes guineenses têm vindo a despertar e à política da associação – inclusão independentemente da origem ou localidade da pessoa – apenas é necessário que se identifiquem com as ideologias da associação, existindo sócios fulas, mandingas, papéis, manjacos, felupes e portugueses e cada um possui as suas características e modos de vidas distintos, que vão desde os analfabetos, advogados, desempregados, empregados domésticos. E apesar dos homens terem uma maior representatividade na associação, tem sido notável uma participação significativa e interventiva das mulheres, ultrapassando assim as barreiras das ideologias culturais guineenses no que diz respeito à restrição das mulheres nas atividades sociais.

A AUBIP não possui sede própria, sendo que as reuniões acontecem na casa do Presidente ou na Junta de Freguesia de Benfica. Já houve a diligência por parte da Câmara da Amadora e de Sintra em conceder um espaço para prestação de serviços e o apoio aos imigrantes.

Relativamente à área de intervenção, intervém em todas áreas ligadas ao social, colocando sempre em primeiro lugar os problemas dos sócios de qualquer tipo desde apoio financeiro até à saúde (doentes oriundos do país de origem com junta médica, concessão de bolsa de estudos e acompanhamento jurídico, etc.). E nos últimos anos, a associação tem desenvolvido as parcerias com outras associações no sentido de fortalecer os laços de amizade e de conhecimento no que diz respeito à importância associativa na rede de solidariedade social e de intercâmbio cultural. E essas parcerias têm sido levadas a cabo com a AFAB, Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Galinha. E além destas, existem outras parcerias com outras redes associativas que fazem parte do núcleo da Ilha de Bubaque com residência noutros países como: França, Espanha e o núcleo da Guiné-Bissau que enquadra na lógica das consultas entre associações para a resolução das necessidades de lá. Relativamente à área de saúde, AUBIP trabalha em articulação com associação de Bubaque na Guiné, no apoio aos doentes com junta médica para Portugal e a associação daqui assume responsabilidade na orientação dos doentes no país de acolhimento, no

apoio às despesas de transporte nas deslocações à consulta e outras necessidades que vão se surgindo ao longo do período da estadia.

Até agora AUBIP tem poucos projetos no país de origem devido à sua política de centralidade na diáspora, que é mais virada mais para o apoio aos sócios. Contudo, teve um projeto de desenvolvimento com o parceiro estratégico a associação ISU<sup>35</sup> – em que enviou voluntários para a Ilha de Bubaque para formação e sensibilização das comunidades sobre os cuidados a ter na saúde, alimentação e nas medidas de prevenção para doenças contagiosas. O ISU é o único parceiro estratégico da associação na cooperação dos projetos de desenvolvimento, tanto no país de acolhimento como de origem. Além desta iniciativa, a AUBIP também já levou a campanha de angariação de materiais escolares e de fundos financeiros para apoiarem os jovens estudantes guineenses residentes em Portugal e na Guiné-Bissau, que contou com o apoio da Câmara Municipal de Loures, Odivelas e Sintra e da ISU.

Num futuro próximo, AUBIP pretende executar um novo programa de desenvolvimento local, privilegiando a área de saúde, que vai contar com a construção de um posto de saúde com todas os equipamentos necessários para o seu funcionamento. E o financiamento do mesmo terá suporte na quotização no valor de 5 euros mensal e ajuda dos parceiros. “E da importância desta associação no contributo ao desenvolvimento da Guiné, Jorge Gomes tem frisado que apesar desta associação não tem tido muitas intervenção ao nível local, não deixou de ter um papel importante na diáspora na divulgação da imagem positiva da Guiné, mostrando assim os lados bons que este país esconde e das suas potencialidades que pode atrair o investimento para o país, a começar com os arquipélagos de bijagós no desenvolvimento das atividades turísticas fomentando assim o emprego local” (Jorge Gomes).

### **AFAB – Associação filhos e amigos de Bachil**

A formação da associação começou em 1983 com um grupo de 5 imigrantes Guineenses oriundo de Bachil pequena vila do norte da Guiné, situado no centro, entre setor de Canchungo e região de Cacheu e, com a fixação destes migrantes no concelho de Oeiras, uniram-se e criaram uma (sociedade-núcleo), denominado de (Grupo de Filhos de Bachil) com propósito de se

---

<sup>35</sup> ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária. É uma organização não-governamental para o desenvolvimento, e que atua na área como voluntariado, cooperação, educação para o desenvolvimento e a exclusão.

auxiliarem mutuamente por meio da criação de um fundo social de emergência para situações de doença ou morte.

Após três anos da formação do grupo utilizou-se o fundo para construir uma “pequena habitação-sede” no bairro das Marianas em Carcavelos dominado Casa de Bachil que ao longo dos anos tem acolhido os conterrâneos recém-chegados o Portugal no apoio destes, desde a integração, procura de emprego até a legalização.

No final do ano 1999, tendo em conta o contínuo crescimento de números de imigrantes de filhos de Bachil em Portugal, houve a necessidade de estruturação e de repensar para melhor organizar a casa de Bachil de forma a corresponder o apoio dos seus membros no que concerne ao processo de realojamento, reagrupamento familiar, legalização e de promover a integração social e comunitária em Portugal. E por este motivo torna-se imperioso que a Casa de Bachil se transforme numa instituição juridicamente reconhecida. E desta forma, esta deixou de ser uma associação informal e passou a ser chamado de “AFAB-Associação dos Filhos e Amigos de Bachil” com o seu estatuto próprio, legalizado no ano 2002 no notário de Cascais, e dois anos depois em 2004 foi reconhecido pela ACIDI/ACIME. E os objetivos desta, passou a centrar nas ações de solidariedade social que visa em apoiar do ponto de vista económico, social e cultural aos seus membros e os respetivos agregados familiares e pela promoção da sua integração social e comunitário em Portugal, e ainda desenvolver atividades, que permite apoiar o financiamento nas áreas da saúde, educação e transportes para o desenvolvimento da povoação do Bachil.

Joaquim Pereira<sup>36</sup> declara: “ qualquer pessoa pode fazer parte da associação, até porque não existem o condicionalismo racial, étnico cultural neste sentido. O exemplo disso existem na associação os sócios que são fulas mandingas balantas e com uma maior representação da etnia manjacos e até portugueses, brasileiros que são os membros ativos que nunca conheceram a Guiné-Bissau e simplesmente simpatizaram com o trabalho que a associação tem feito para as comunidades locais”. Para além de um número significativo de sócios (cerca de 400), a maioria destes tomam parte nas atividades e decisões que vão definir as estratégias do funcionamento da mesma. Mas com a situação conjuntural financeira, tem registado um decréscimo do número de sócios, porque estes reemigram ou voltam para o seu país de origem, continuando a contribuir ativamente com quotas.

---

<sup>36</sup> Presidente.

Após a sua formalização e reconhecimento foi concedido um espaço para o funcionamento da sede (Anexo D) através das parcerias levadas a cabo com a Câmara Municipal do Barreiro em 2003, em nome do Presidente Emílio Xavier, pelo reconhecimento do trabalho que a associação tem prestado às comunidades de Barreiro em prol do desenvolvimento local e do bem-estar social.

A AFAB tem desenvolvido parcerias com entidades públicas e privadas, relativamente ao apoio dos projetos de desenvolvimento, no sentido de mais experiência política associativa para contribuir para o desenvolvimento local. Como é o exemplo da AGUIPA, Associação dos Filhos Naturais de Pelundo e AUBIP, a nível do intercâmbio cultural. No qual todos os anos, a associação realiza eventos/exposições das comidas e culturas tradicionais da localidade de Bachil no concelho de Barreiro, em que convidam os parceiros e associações a tomarem parte do evento, com vista a apresentarem as suas potencialidades culturais e tradicionais do país e localidade de origem.

Recentemente, a associação desencadeou uma campanha de consulta jurídica grátis para todos os sócios e comunidades do Barreiro, financiado pelo fundo da associação por meio da quotização. Além disso, AFAB tem desenvolvido as suas parcerias com as outras redes de outros núcleos associativas de Bachil de diferentes países neste caso França, Guiné-Bissau, Senegal e Gambia. Estas redes associativas funcionam na base de intercâmbios em mais diversas estruturas associativas, principalmente nas consultas que fazem entre as redes na execução dos projetos de desenvolvimento de apoio às comunidades de origem. O exemplo disso, em 2014 tem realizado o encontro de fórum associativas em Bachil de todos os núcleos que fazem parte desta aldeia, que incide sobretudo na discussão e no alinhamento de novos projetos desenvolvimento para todos os núcleos associativas.

Na diáspora, a AFAB tem desempenhado um papel importante em defesa dos seus sócios, a começar pela sua integração na sociedade portuguesa, desde a legalização, apoio ao desempregados e mais carenciados, na procura de trabalho e no retorno dos sócios ao país de origem.

“No que diz respeito à defesa e divulgação da cultura da localidade do país de origem, associação pretende dar continuidade a projetos que já foram realizados no passado, conhecida

como UNDIMA<sup>37</sup> grupo cultural na divulgação da cultura tradicional da Guiné, com vista a cativar as terceiras gerações dos filhos de imigrantes de Bachil a conhecerem a cultura dos seus ascendentes para se identificarem com ela” (Joaquim Gomes). Em defesa dos seus sócios e para a sua melhor integração, a AFAB celebrou em 2011 um protocolo de cooperação com a Escola Superior de Tecnologia do Barreiro, do Instituto Politécnico de Setúbal, que visa promover a integração de emigrantes no âmbito de apoio informativo, jurídico e educativo com vista a fomentar uma integração plena não só dos seus sócios, bem como dos estudantes estrangeiros que se encontrem a frequentar o ensino superior.

Relativamente ao país de origem, AFAB não conseguiu ainda executar nenhum projeto de desenvolvimento no apoio às comunidades de origem apesar da intenção. Mesmo assim, está previsto para breve a construção de um posto de saúde no Bachil que vai contar com os parceiros estratégico da associação, principalmente da Câmara Municipal do Barreiro, com a garantia do financiamento ao projeto e que irá contar também com o financiamento do fundo da associação através das quotizações no valor de 3 euros mensal por homens e 1euro e 50 cêntimo por mulheres.

### **AIGAST – Associação de imigrantes guineenses e amigos sul Tejo**

A AIGAST é uma associação guineense sediada na Freguesia do Vale Amoreira, criada em 2003 com o propósito de mediar e facilitar a integração dos imigrantes guineenses e de todas comunidades à volta do ambiente numa dinâmica intercultural<sup>38</sup>.

Após a sua criação e definida as posições de funções dos membros diretivos, a associação adotou como primeira estratégia de ação, o desencadeamento das parcerias junto das instituições, na forma de poder criar as parcerias públicas ou privadas num quadro multilateral com vista a trabalharem em conjunto ou particular.

A AIGAST apesar de funcionar na altura sem sede, aquando da sua fundação e de muitos anos de reuniões em casa dos sócios e dirigentes, a associação nunca prescindiu do seu objetivo, e com dificuldades procurou de qualquer formas dar respostas aos problemas dos associados e das comunidades locais. Hoje, associação conta com uma sede própria concedida pela Freguesia Vale da Amoreira, (Anexo H e I).

---

<sup>37</sup> Atividades tradicionais no dialético da etnia manjaca.

<sup>38</sup> AIGAST, 2011. Disponível em: <https://sites.google.com/site/aigastva/home/historia#TOC-AIGAST-Associa-o-de-Imigrantes-Guineenses-e-Amigos-Sul-Tejo>



Estima-se que número de associados são mais de 300 elementos e sem qualquer tipo de obrigação contributiva a nível financeiro. E no meio destes sócios, existe um mosaico étnico, racial, cultural e religiosa que compõem a estrutura da massa associativa oriundo de diferentes países. Como exemplo disso existe sócios ucranianos, cabo-verdianos, angolanos, portugueses. Para Eduardo Tavares<sup>39</sup>, “associação está aberta a todas as culturas e nela não existem o princípio de eurocentrismo e afrocentrismo”.

A AIGAST tem intervindo nas diferentes áreas sociais em apoio às comunidades e em prol do desenvolvimento local e das competências pessoais das populações e associados, tendo em conta que existem um número considerável de sócios analfabetos, o que tornou imperioso o alargamento das parcerias a instituições e entidades ligadas ao ensino e formação. Neste sentido, AIGAST criou um protocolo de ajuda com as seguintes escolas: Santo André, Benéton, Escola Secundária Baixa da Banheira e Vale da Amoreira a fim de estas servirem as comunidades no apoio ao curso de alfabetização – curso de português no quadro de PTT-português para todos, curso de inglês, informática Excel, word, contabilidade e fiscalidade. É de salientar que todas essas formações ocorrem no período pós-laboral, facilitando assim uma maior aderência dos membros da associação e das comunidades local e dos interessados à formação/aprendizagem.

A AIGAST além de intervir na área de educação e capacitação dos sócios e dos residentes locais, intervém também na área da formação, empregabilidade e cultura. Nos últimos anos, a associação tem desencadeado várias atividades locais de intercâmbio e reaproximação entre as comunidades de origem distintas, através de conferências, palestras, colóquios, lançamento de livros, convidando assim os políticos e diferentes individualidades sociais a participarem e a conhecerem um pouco da realidade e modo de vida local da Moita, ultrapassando assim os estigmas que são construídos na sociedade sobre o bairro. E todos os anos ocorre o colóquio alusivo ao desaparecimento físico de Amílcar Cabral, herói da luta da libertação da Guiné e Cabo Verde, e nela são convidados diferentes personalidades históricas da luta pela libertação nacional bem como anónimos.

“A AIGAST está presente em todas as redes sociais, ou seja, a CLASMA, tudo o que tem a ver com o Concelho da Moita está numa rede que apanha todas as instituições que intervêm nas áreas sociais. E todas estas instituições têm a representação de AIGAST nos debates e tomadas das decisões nos problemas das comunidades locais. Para além desta rede, existe também rede

---

<sup>39</sup> Presidente Direção da AIGAST

social do Barreiro que reúne duas ou três vezes ao ano onde todas as associações locais se participam, cooperam e criando protocolos que por um lado facilitou na ligação de amizade e de parcerias entre AIGAST e a Escola de Santo André do Barreiro, e que beneficiou por parte desta instituição escolar dos materiais logísticas (as mesas de secretarias, cadeiras e materiais de escritórios)” (Eduardo).

E por outro lado, esta tem desenvolvido alguns protocolos com a Escola Superior do Barreiro, onde associação tem direito de proporcionar três pessoas/sócios para bolsa de estudo para a formação nas áreas como: Gestão e Engenharia. Existe também o protocolo com ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, na concessão de vagas para os sócios estudantes. Os outros protocolos foram estabelecidos com a Universidade Técnicas de Lisboa e com o Instituto Politécnico de Setúbal, tudo isto a pensar na formação dos sócios, principalmente jovens estudantes.

Entre os parceiros estratégicos que apoiam associação no âmbito da política de desenvolvimento local, temos: o Banco Alimentar (que todas as semanas, apoia a associação com géneros alimentícios que são guardados no armazém (Anexo L), a fim de serem redistribuídos para as famílias mais carenciadas do Vale da Amoreira); a Cooperativa Rumo (na área de empregabilidade e formação do empreendedorismo imigrante, que é destinado a desempregados migrantes, com o financiamento garantido pelas pequenas e médias empresas); e, a Embaixada da Guiné-Bissau em Portugal (no apoio à documentação dos migrantes guineenses). Para breve está previsto a assinatura de um protocolo com a embaixada, a fim de esta abrir um escritório consular na Moita, para facilitar a deslocação dos guineenses residentes no Vale de Amoreira na resolução dos processos de documentos. A AIGAST trabalha também em parcerias com as outras redes associativas de outros países, neste caso, a Associação dos Guineenses Residentes em Madrid e a Organização Pan-africana<sup>40</sup> das migrações em Madrid, na área de intercâmbio associativo. Além do apoio dos parceiros, a associação autofinancia-se através dos materiais usados por parte dos terceiros, que são recolhidos (como: mobílias, camas, mesas, cadeiras, televisores, roupas usadas e novas que possuem defeitos, que são restaurados para depois serem vendidas a preços sociais) (Anexo L, J e K).

---

<sup>40</sup> Ideologia que defende a unidade do continente africano e em defesa da raça negra, lutando assim contra a escravidão africana.

A AIGAST ainda não tem realizado nenhum projeto de intervenção no país de origem, uma vez que os objetivos que a norteia estão mais centrados em Portugal, no apoio às comunidades guineenses. Apesar da sua centralidade na diáspora, já ocorreu a tentativa de parceria com AD (Associação para o Desenvolvimento), sediado na Guiné, num projeto de empreendedorismo para investimento local, privilegiando assim os setores-chave e com maior capacidade de atração financeira, mas não foi possível a sua concretização, devido à situação política e à instabilidade que a Guiné tem vivido nos últimos tempos.

### **GHAM-AHTÉ – Associação dos filhos e amigos da Ilha das Galinhas**

É uma associação formada pelos filhos da Ilha de Galinha que é uma das diversas ilhas que compõem os arquipélagos de Norte da Guiné-Bissau.

A Associação foi criada em 2006 com o objetivo de manter a ligação da identidade cultural e espiritual na diáspora com a localidade de origem, apoiar a integração e reaproximação dos filhos da Ilha de Galinha, apoiar os sócios com dificuldades financeiras, no caso de doença e morte de um dos sócios e, ainda encarrega-se de todas as despesas que são sustentadas pelo fundo da mesma através da quotização dos sócios no valor de 2, 50 euros mensal.

Após a sua criação, a associação enfrentou várias dificuldades, na questão da sede para encontro e reuniões dos membros da direção e sócios. Depois de várias tentativas com as diferentes instituições e a Câmara do Barreiro para a concessão de um espaço para sede, e devido à parceria com a “Cooperativa RUMU”, a associação passou a contar com a sua sede própria no Barreiro, bairro das palmeiras. A nível dos sócios na fase inicial a associação contava com uma média de 100 associados, “e este número tem vindo a diminuir com tempo devido a emigração dos sócios para outros países tendo em conta a situação financeira que cada uma apresentava” (Mário Gomes)<sup>41</sup>.

A associação Gham-Ahté é formada por uma diversidade étnica e cultural, visto que cada sócio compõe a estrutura geográfica étnica da Guiné-Bissau, nela é possível encontrar manjacos, balantas, fulas e, com maior número, sócios bijagós, e maiorias destas etnias não estão ligadas à cultura étnica da Ilha. E nela se encontram também os sócios que não são guineenses, como brasileiros e portugueses, isto acaba por demonstrar que existe o princípio da convivência e respeito pela diferença de cada cultura e de usos e costumes que cada um representa.

---

<sup>41</sup> Presidente da Gham-Ahté.

E ao longo dos anos, a associação tem vindo a desenvolver parcerias para reforçar laços de amizade e de experiência com diferentes associações aqui em Portugal, sobretudo que toca à intervenção de carácter social – trabalha com associação africana de Angola sediada no Barreiro, AFAB (Associação dos Filhos e Amigos de Bachil) e, por último, a Associação dos Guineenses em Setúbal, nas áreas de intercâmbio cultural, gastronomia e troca de experiência, por meio de palestras e colóquios. Além destas, alargou parcerias com outras associações de outros países que fazem parte do núcleo da Ilha de Galinha, principalmente na Guiné-Bissau, associação-mãe de todas as associações na diáspora. E esta rede associativa funciona na base das consultas intercalares na elaboração e execução dos projetos de desenvolvimento, no apoio às comunidades de origem, sendo de lá que partem as informações essenciais que vão definir os setores estratégicos que necessitam da intervenção e resolução urgente, conforme as necessidades das comunidades locais. É de salientar que essa parceria eleva também a nível da direção associativa de cada membro – “No país de origem, a associação não tem executado nenhum projeto, tendo em conta as dificuldades desta em encontrar os parceiros para o financiamento do projeto, uma vez que o fundo da associação não consegue encobrir as despesas dos projetos em causa” (Mário Gomes).

A associação, de momento, conta com três parceiros estratégicos que apoiam nos projetos e nas atividades da associação: a RUMO, a Câmara Municipal de Barreiro e ACIDI/ACIME.

Apesar das dificuldades, a associação Gham Ahté tem recorrido várias instituições de cariz social e de desenvolvimento no apoio aos programas de intervenção no país de origem. Recentemente submeteu a sua candidatura ao “Projeto de ACIDI/ACIME”, na angariação do fundo de financiamento na compra dos equipamentos para o Centro de Saúde da Ilha de Galinha. Em breve, será lançado um novo projeto que irá ser apresentado aos parceiros da associação, que consiste na angariação de financiamentos pela compra dos meios de transportes para a Ilha (canoas, barcos de pequenas portes), colmatando as dificuldades na locomoção que as populações têm vindo ao longo dos anos.

#### **AFAREGA – Associação dos filhos amigos de re(i)no Gambiáfada**

“Associação foi criada em 2005 e legalizada em 2007 com objetivo de juntar o esforço tanto de cá (Portugal) como de lá (Guiné-Bissau) no apoio ao desenvolvimento das comunidades locais. Associação Gambiáfada representa uma zona urbana do bairro da capital da Guiné-Bissau

(Bissau). E Segunda a história o nome do bairro Reno Gambiafada surgiu devido na altura uma forte povoamento da etnia biafada nesta localidade urbana da capital com destaque das suas manifestações culturais e tradicionais que se faziam sentir nas sociedades guineenses, devido a este história o bairro foi batizado de nome Reno Gambiafada” (Honório Malú)<sup>42</sup>.

Após a criação e legalização da associação, começou o procedimento de diligência a nível interno e externo na concessão de espaço para a sede com endereço fixo que visa homenagear os filhos migrantes do reino Gambiafada. E esta ideia foi concretizada após alguns meses de formulação da associação, que não contou com o apoio dos parceiros, visto que o espaço era arrendado e custeado pelo fundo da associação por meio da quotização dos sócios no valor de 30 euros anuais. Nos últimos anos da afirmação da associação, a sede funcionou no concelho da Sintra-Misseis e devido a problemas financeiros que associação tem vindo a deparar-se ao longo dos anos, e tendo em conta a falta de pagamento das quotas por parte dos associados, esta foi obrigado a fechar, e atualmente associação está sem sede e as reuniões dos membros/direção acontece na casa do Presidente.

Hoje estima-se que a média dos sócios esteja acima dos 300 sócios, com pluralidade étnica, cultural, racial e religioso, em que qualquer pessoa pode ser sócio, com pleno direito e sem condicionalismo, mesmo não sendo guineense. A nível social, no apoio ao desenvolvimento, a sua área de intervenção é vasta porque intervém em todas as áreas ligadas à vida social e humana, “até porque associação nunca tem definido os setores estratégicos que podem ser útil para a sua intervenção” (Honório Malú).

Aqui, no país de acolhimento, a associação tem trabalhado no apoio aos membros/sócios na integração na sociedade recetora, na legalização através da parceria com ACIDI/ACIME (que emite informações à associação e aos associados das dúvidas que estas tenham), apoia também os sócios desempregados na procura do trabalho através de um departamento criado pela associação Gabinete de Emprego.

Tem realizado parcerias de trabalho com outras associações/entidades sociais em áreas definidas: SOS Racismo, Olho Vivo, Morabeza de Cabo-Verde e Casa do Brasil, nas áreas de migração, legalização e esclarecimento dos deveres e direitos dos imigrantes em Portugal. No caso do Olho Vivo, a associação trabalha com ela na área de saúde, quanto ao apoio no

---

<sup>42</sup>Presidente da AFAREGA

alojamento dos doentes guineenses sem familiares em Portugal ou que vieram com a junta médica do país de origem.

Também tem parcerias com outras associações do mesmo núcleo sediado noutros países (França, Luxemburgo, Inglaterra, Guiné-Bissau e no Reino Gambiafada). Essa rede de núcleos associativa funciona da seguinte forma: a cada ano são realizadas as assembleias gerais e, nesta saem os planos de atividades que servirão de orientação para todos os núcleos associativos. O objetivo aqui é orientar para que todos os planos de atividades possam funcionar de forma coordenada e na execução dos projetos de desenvolvimento no país de origem.

No país de origem, a associação tem apoiado os jovens da comunidade no incentivo ao desporto com equipamentos (camisolas, calções, meias) entre outros assessores financiados exclusivamente com o fundo da associação. E ainda fez uma campanha de recolha de roupas usadas e géneros alimentícios no apoio à comunidade local e no combate a pobreza que tem sido um dos maiores desafios do século para Guiné-Bissau. O que não foi concretizável devido a falta do financiamento para o envio de materiais recolhidas.

Segundo Honório Malú, “associação desde a sua criação nunca recebeu apoios por parte do governo do país de origem, apesar da solicitação do mesmo, em que houve a entrega por parte da associação ao governo de todos os projetos pretendidos para a execução em prol do bem-estar da sociedade guineenses e tendo em conta as provas que já foram demonstrado neste sentido, tanto de cá como lá”.

### **ACEGP – Associação dos crentes evangélicos da Guiné em Portugal**

A associação dos crentes evangélicos da Guiné em Portugal nasceu 1988/89 através de um ex-missionário americano com a residência em Guiné-Bissau de nome Kin Mi Brand, com propósito de poder congregar todas as comunidades evangélicas guineenses em Portugal e de apoiar a todos os guineenses recém-chegados na sua integração.

Segundo o estatuto da associação, todos os cidadãos guineenses e crentes evangélicos podem ser membros e podem concorrer livremente às funções do conselho diretivo. Não existe restrição em relação aos sócios que fazem parte dos outros países, o importante é o espírito de solidariedade que deve estar acima de qualquer interesse, havendo um pouco de tudo – angolanos, moçambicano e portugueses, que tiveram interesse em fazer parte desta família, tendo em conta a sua importância no contributo para a estabilidade humana em diferente sentidos e na ação social. “Dentro da associação existe um princípio de heterogeneidade quer ao nível de

género com a participação significativas das mulheres, e a nível das idades tem notado uma maior participação dos jovens em relação aos adultos”. (Apolinário Silva)<sup>43</sup>

A ACEGP conta com uma sede provisória concedida através de um memorando de acordo com a igreja “Lisbonense”, e a sede se encontra situado nos Anjos, frente ao Banco de Portugal, e nela os sócios reúnem-se a cada primeiro sábado de cada mês, conforme a disponibilidade dos associados, não sendo de carácter obrigatório. Mas existem casos excepcionais, em que os sócios são obrigados a reunir, principalmente no caso de morte de um dos sócios ou familiares, neste caso associação é obrigada a reunir com vista a definir as diretrizes que serão seguidas face à situação e ao mesmo tempo procuram fazer cultos em conjunto em homenagem ao morto e familiares.

No que diz respeito à intervenção, intervém em duas áreas: Social (trabalha no sentido da angariação de fundos no apoio aos mais necessitados quer a nível financeiro e material, privilegiando os que vieram com junta médica da Guiné para tratar dos seus problemas de saúde, em que associação dá apoio na compra de medicamentos, passe de transportes e na facilitação para deslocar-se ao centro hospitalar, consultas, na marcação de consultas, com mantimentos alimentares, em diligências em termos habitacionais. Ou seja, tudo o que tem a ver com as necessidades específicas e materiais, a associação assume compromissos para a sua resolução) e Espiritual (procura orientar os crentes às igrejas mais próximas geograficamente da residência, a fim de puderem cumprir com as atividades de culto, e onde podem ter um acompanhamento diário, manutenção da fé e ligação com a igreja. Todos os sábados de cada mês são enviadas mensagens aos associados para o encontro especial de comunhão).

Desde a sua criação, a ACEGP tem tido um papel fundamental em defesa dos sócios crentes evangélicos guineenses, promovendo a cada primeiro sábado do mês, um evento para criar laços de amizade e de entajuda entre os membros, para que os mesmos entendam as necessidades e problemas de cada sócio, para que haja uma resolução dos seus problemas económicos, financeiros e espirituais. E a partir desta ideia de convivência, de aproximação dos fiéis, a associação acabou por criar um grupo formado por mulheres – NHIMADA<sup>44</sup>, com o objetivo de divulgar as culturas tradicionais guineenses através de representações, peças de artes e para angariar fundos em apoio aos sócios e comunidades evangélicas tanto cá como na Guiné.

---

<sup>43</sup> Presidente da comissão adock e do concelho pastoral.

<sup>44</sup> Significa as mulheres podem, no dialeto da etnia balanta.

Neste âmbito, a associação tem desenvolvido parcerias com outras associações, para fortalecerem laços de fraternidades e guineensidade e haverem intercâmbios associativos espirituais, existindo assim um apoio recíproco entre associados. Nesta ótica, foram desenvolvidas parcerias com a Associação da Solidariedade Guineenses, Associação dos Filhos e Amigos de Pelundo e com a igreja Lisbonense. Essas parcerias estenderam-se a outras associações do mesmo núcleo (Inglaterra e Guiné-Bissau), que elaboram estratégias no Conselho Nacional das Igrejas, em que a direção do Conselho Nacional é escolhida em Portugal para representar a Guiné, e a Inglaterra é uma base estratégica definida pela ACGEP para participação, através do seu contributo para o desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Ao longo dos anos, a ACGEP desenvolveu vários projetos de intervenção no apoio às comunidades do país de origem, que contou com o apoio dos parceiros estratégicos (ACIDI/ACIME, Sociedade Bíblico Portuguesa e a Igreja Evangélicas de Portugal e da Guiné). O projeto levado a cabo é de âmbito educacional e consiste na recolha dos livros e materiais escolares didáticos em várias bibliotecas em Portugal, que foram enviadas para Guiné em apoio à formação local. No passado recente, a associação disponibilizou ajuda a diferentes congregações religiosas na Guiné, através do fornecimento de energia elétrica (geradores) que foram enviados em nome da associação.

Em breve associação pretende executar um novo projeto que consiste na criação de um furo de água para o abastecimento através das motas-bombas, que servirá de apoio nas atividades agrícolas das comunidades de “Banbadinca – localidade de N`tchombé, na zona Sul da Guiné. Por outro lado, este projeto irá contar também com uma parte das verbas, que irão servir de apoio na sensibilização e na formação juvenil local, através da intervenção do “Instituto Bíblico da Guiné-Bissau” sediada na localidade da mesma, que nos últimos anos tem levado a cabo muitos projetos de intervenção ligada à agricultura, formando e profissionalizando os jovens locais, para que estes possam contribuir no apoio ao desenvolvimento do país, principalmente da localidade.

**Quadro 5 - As principais características das associações**

<b>Associações</b>	<b>Entidade</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Princípios e valores</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Órgãos diretivos</b>	<b>Sócios</b>
ANPRP	-Sem fins lucrativos -De iniciativa privada	-Defesa dos interesses dos associados	-Respeito pela diferença étnicas, religiosa,	- Promoção na mudança social - Inclusão social -Apoiar as comunidades de	- Mesa de assembleia geral, direção e conselho fiscal	-Sócios 537 - Contem Sócios honorários



		- Assistência social	cultura e tradição.	origem no desenvolvimento		
AFAIJE	-Sem fins lucrativos -De iniciativa privada	-defesa dos interesses dos associados. - Assistência social e cidadania.	-Respeito pela diferença étnicas, religiosa, cultura e tradição. -incentiva a participação das mulheres na associação.	- Promoção na mudança social. - Inclusão social. -Apoiar as comunidades de origem no desenvolvimento.	- Mesa de assembleia geral, direção e conselho fiscal.	- Sócios 286. - Homens 203. -mulheres 83. -Maioria são analfabetos. -Frac aderência dos jovens. -Os sócios maioritários são da etnia manja.
ANAC	-Sem fins lucrativos -De iniciativa privada	-Defesa dos interesses dos associados. Assistência social.	-Respeito pela diferença étnicas, religiosa, cultura e tradição.	- Promoção na mudança social. - Inclusão social. -Apoiar as comunidades de origem no desenvolvimento.	-Mesa de assembleia, presidente, direção, vice-presidente, secretário, conselho fiscal, vogais e departamento da cultura.	-Sócios, 105. -Maioria são jovens. -Pouca aderência feminino. -Maior fluxo da etnia manjaca e mancanha.
Federação das associações de imigrantes e amigos de sector de Calequise em Portuga	-Sem fins lucrativos -De iniciativa privada	-Defesa dos interesses dos associados. Assistência social. -Apoio jurídico.	-Respeito pela diferença étnicas, religiosa, cultura e tradição.	- Promoção na mudança social. - Inclusão social. -Apoiar as comunidades de origem no desenvolvimento.	-presidente, assembleia geral, direção e conselho fiscal.	-sócios, 626. -A maioria dos sócios possuem ensino básico. -Maior representação da etnia manjaca.
AUBIP	-Sem fins lucrativos -De iniciativa privada	-Defesa dos interesses dos associados. Assistência social. -Apoio jurídico.	-Respeito pela diferença étnicas, religiosa, cultura e tradição.	-Promoção na mudança social. - Inclusão social. -Apoiar as comunidades de origem no desenvolvimento. -As estratégias centrada mais para o país de acolhimento.	- Presidente, Vice-Presidente, Secretário executivo, conselho fiscal, área habitacional, departamento de apoio aos estudantes, área de saúde	-Sócios média de 300. -Maior representação dos jovens. -Maior representação da etnia bijagós.
AFAB	-Sem fins lucrativos	-Defesa dos	-Respeito pela	-Promoção na mudança social.	-Direção, mesa de	-Sócios 400. -participação

	-De iniciativa privada	interesses dos associados. Assistência social. -Apoio jurídico.	diferença étnicas, religiosa, cultura e tradição.	- Inclusão social. -Apoiar as comunidades de origem no desenvolvimento.	assembleia, conselho fiscal, presidente, vice-presidente e secretaria.	significativa das mulheres. -Maior representação da etnia manjaca.
AIGAST	-Sem fins lucrativos -De iniciativa privada	-Defesa dos interesses dos associados. Assistência social. -Inclusão social. -Apoio jurídico.	-Respeito pela diferença étnicas, religiosa, cultura e tradição.	Promoção na mudança social. - Inclusão social. -As estratégias centrada mais para o país de acolhimento.	- Direção, secretário executivo e conselho fiscal.	-Sócios média de 300. -Maior representação dos guineenses e cabo verdianos.
GHAM-AHTÉ	-Sem fins lucrativos -De iniciativa privada	-Defesa dos interesses dos associados. Assistência social. -Inclusão social. -Apoio jurídico.	-Respeito pela diferença étnicas, religiosa, cultura e tradição.	-Promoção na mudança social. - Inclusão social. -Apoiar as comunidades de origem no desenvolvimento.	-Assembleia geral, direção e conselho fiscal.	-Sócios 100. -Maioria são as mulheres.
AFAREGA	-Sem fins lucrativos -De iniciativa privada	-Defesa dos interesses dos associados. Assistência social. -Inclusão social. -Apoio jurídico.	-Respeito pela diferença étnicas, religiosa, cultura e tradição.	-Promoção na mudança social. - Inclusão social. -Apoiar as comunidades de origem no desenvolvimento.	Assembleia geral, direção e conselho fiscal.	-Sócios à média é de 300. -Maioria são jovens. -Maior representação dos cristãos e muçulmanos.

O que é perceptível na leitura deste quadro, no que diz respeito às características das associações, é que todas são entidades sem-fins lucrativos e de iniciativa privada. A exceção é a ACEGP (Associação dos Crentes Evangélicos da Guiné em Portugal), que apesar de ser uma associação sem fins lucrativos pertence a entidade religiosa, que lhe permite funcionar de acordo com as doutrinas religiosa, prestando assim as assistências espirituais aos sócios com problemas

personais. E o mais visível nesta análise é que todas as associações aqui representadas procuram defender os interesses dos seus associados quer ao nível da assistência social e na inclusão social. A AFAB (Associação Filhos e Amigos de Bachil), federação das associações de imigrantes e amigos do setor de Calequisse em Portugal, e AUIPB (Associação Unido para o Progresso da Ilha de Bubaque) são as únicas três associações que prestam apoio aos seus sócios ao nível jurídico, o que lhes diferencia das outras associações.

As outras diferenças perceptíveis entre as associações são as formas de definição das estratégias e dos planos de ação. No caso de AUIPB apesar da sua pouca intervenção no desenvolvimento local do país de origem, a sua política está mais virada para o país de acolhimento, enquanto a AIGAST a sua intervenção é só para o país de acolhimento.

Na composição de órgãos diretivos quase todas seguem as mesmas diretrizes, com a exceção da ANAC (Associação Naturais e Amigos de Caió) que conta com o departamento da cultura, e no caso do AUBIP alargou o seu órgão diretivo para a área habitacional e o departamento de apoio aos estudantes.

Relativamente aos sócios, a ANPRP (Associação Naturais de Pelundo Residentes em Portugal) é a única associação que tem como representantes os sócios honorários. Em termos de número de sócios é a segunda associação, totalizando 537, ficando atrás da Federação das Associações de Imigrantes e Amigos do setor de Calequisse em Portugal, com 626 sócios.

A ANAC, a AUIPB e AFAREGA (Associação dos Filhos Amigos de Re(i)no Gambiafada) são as três associações em que os jovens são a maioria dos sócios. A GHAM-AHTÉ (Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Galinha) é a única associação onde o número de sócias é maior do que de sócios.

Cada uma das associações aqui representadas procura definir a sua identidade, valores e princípios, e todas partilham os mesmos objetivos orientadores de apoio social, colocando em primeiro lugar a resolução das necessidades humanas e a contribuição para o desenvolvimento local, principalmente no apoio às comunidades do país de origem.

O associativismo de imigrantes guineenses em Portugal, nos últimos anos, tem despertado forte interesse por parte da investigação científica, em diversas áreas. Ao longo dos tempos tem-se verificado um aumento de números significativo das associações de imigrantes, principalmente com maior concentração nos arredores da região grande Lisboa.

E, segundo os dados de Maria João Carreiro no seu estudo sobre “dinâmicas transnacionais protagonizados pelas associações de migrantes guineenses em Portugal” até 2007 existiam em Portugal 51 associações de migrantes guineenses de diverso cariz sociais. Nela são encontradas de âmbito de vocação política, âmbito religiosa, âmbito local, âmbito estudante e de mais diversas áreas. (Carreiro, 2007: 11).

Face a este recente estudo investigativo, a partir dos dados recolhidos dos registos em ACIME/ACIDE e da Embaixada da Republica da Guiné-Bissau em Portugal, verifica-se que não houve abrandamento no fluxo de crescimento de número de associações de migrantes guineenses. Em 2015 houve um crescimento para 61 no total das associações de migrantes guineenses em Portugal, como se constata no quadro nº 4, ao contrário do ano 2007 no qual se registava 51 associações, segundo os dados de Maria João Carreiro.

Esse aumento pode justificar-se com o surgimento de novas associações, mas há que ter em conta também a atualização dos dados do ACIME/ACIDE e da Embaixada da Guiné-Bissau em Portugal, que acabam por estar dependentes dos interesses das associações em estarem registadas nessas instituições.



## Capítulo V – Conclusão

A investigação em causa foi desenvolvida com o intuito de compreender, em primeiro lugar, os fatores que influenciam a migração guineense, tendo em conta a ordem social, económica e política. Em segundo, analisar o papel dos migrantes no contributo para o processo de desenvolvimento da Guiné-Bissau, através das massas associativas organizadas. Em terceiro lugar, entender como são feitos o processo e projetos de parcerias entre as organizações governamentais e não-governamentais, em apoio às associações na execução dos programas de desenvolvimento no país de origem. E, por último, face às necessidades da investigação e na procura de respostas às perguntas de partida e hipóteses em causa, a resolução desta confirmou-se exequível, uma vez que os dados empíricos recolhidos foram coerentes com a realidade dos fatos questionados no início da investigação. Entre as perguntas de partidas lançadas no início da investigação, todas as respostas foram encontradas no estudo empírico realizado entre as associações, demonstrando assim que existe uma correlação entre as perguntas e o estudo de caso. Das associações que fazem parte deste estudo, todas reconheceram a importância dos projetos de desenvolvimento realizados e dos seus impactos no apoio às comunidades, tanto na Guiné-Bissau como no país de acolhimento. Entre as associações existem redes de parcerias e de cooperação que são desenvolvidas pelas diferentes entidades no apoio aos planos de ações associativas. É de realçar que no decorrer da investigação, foi possível observar que a maioria das associações estudadas recorrem a redes e consultam os núcleos de diferentes países para definição do plano estratégico de desenvolvimento. Durante a pesquisa no terreno e no decorrer das entrevistas realizadas, tem-se registado uma certa preocupação entre as associações sobre a constante instabilidade que a Guiné-Bissau tem vivido ao longo dos anos, e que tem condicionada as intervenções das associações nas políticas de apoio ao desenvolvimento. Este foco de instabilidade política constante compromete o futuro do país, e tem influenciado de modo significativo a migração dos guineenses, espalhados pelo mundo na procura das condições de vida que o país não lhes oferece.

Tendo em conta os percursos seguidos na investigação e os métodos utilizados (como a análise documental e as entrevistas diretas aos dirigentes associativos), constatou-se que a maioria das associações aqui formadas são de âmbito assistencialista, tanto para o país de origem como para o de acolhimento. Procuram exercer e auxiliar o Estado, através de um papel

interventivo, em apoio aos cidadãos, principalmente os conterrâneos imigrantes, para que se integrem melhor na sociedade de acolhimento e para que deem continuidade aos laços simbólicos, ao uso de costumes e tradições na diáspora.

Outro detalhe que necessita de ser enfatizado nesta conclusão é que existe um sentido de protecionismo cultural local das comunidades. As associações procuram representar as comunidades natais, apesar da distância do local de origem, e continuam a perspetivar um futuro melhor para o país de nascença e das suas comunidades, através dos projetos executados, que estão a decorrer ou que serão implementados no futuro.

Todas as associações referenciadas desempenham um papel importante no que concerne ao apoio à comunidade no país de acolhimento, principalmente no que diz respeito à aproximação ou reaproximação dos filhos de imigrantes guineense na diáspora, por meio das atividades culturais e de intercâmbios, à cultura do povo guineense, o que permitiu assim desafiar as barreiras étnicas, culturais e tradicionais que cada associação possui em representação das aldeias de origem.

Relativamente ao apoio no país de origem, verifica-se que existem uma série de projetos já executados pelas associações em parcerias com as instituições públicas e privados e de outras organizações no apoio ao desenvolvimento das comunidades de origem. Nestes projetos foram privilegiados os seguintes setores: educação (construção de pavilhões escolares e o equipamento das mesmas, apoio nos materiais didáticos) e saúde (construção de postos de saúde, equipamentos hospitalares e iluminação da mesma.). Em breve serão executados novos programas de desenvolvimento pelas associações, com vista a responderem às necessidades das populações, conforme a tabanca que cada associação representa. É de frisar que nem todos os projetos que foram executados se elevaram com os apoios dos parceiros ligados ao desenvolvimento, muitos dos projetos concretizados, concretizaram-se através do financiamento do fundo das associações, ou seja, através das quotas dos associados.

Durante a investigação constatou-se a existência de uma funcionalidade de redes associativas de imigrantes, que se encontram espalhadas de forma geográfica e estratégica em núcleos, em países como França, Espanha, Inglaterra, Gâmbia, Senegal, entre outros, ou seja, países onde existem maior afluxo de imigrantes guineenses. Essa rede associativa funciona como elo de ligação e de debate intercalar à volta de projetos de desenvolvimento em apoio ao país de origem, sendo usada com o fim de se influenciar nas decisões dos conselhos diretivos de cada

associação no planeamento dos projetos de desenvolvimento no apoio à comunidade de origem, isto é, funciona como uma plataforma de consultas entre associações, no que concerne aos métodos e estratégias utilizadas para o Desenvolvimento Local.

O estudo ainda demonstra que a participação dos cidadãos nas decisões e políticas que definem as estratégias de desenvolvimento do país é fulcral para o bem-estar da sociedade e para com as gerações vindouras. Isto porque representam o sentido da cidadania e do compromisso moral que cada um possui em defesa e no contributo para com o desenvolvimento do seu país. Perante este facto é imperioso o contributo de cada guineense, quer a nível das organizações ou associações e políticas, para assumir as suas responsabilidades no sentido de unir esforços para o cumprimento do programa maior pós-independência, que é o desenvolvimento do país.

A participação da diáspora é fulcral para o desenvolvimento, tendo em conta a imagem que estes transmitem além-fronteiras e a sua mobilização através das massas associativas na elaboração dos projetos interventivos no apoio às comunidades de origem. Por outro lado, é essencial que todas as associações de comunidades de migrantes guineenses em Portugal, definam e trabalhem num único projeto no âmbito das parcerias públicas e privadas, que irão delinear as áreas estratégicas para a intervenção e dar respostas às necessidades das populações, deixando assim de lado a identificação de associação pela comunidade que representam.





## Bibliografia

- ACEP (2000), *O Associativismo e o Micro-Crédito na Luta Contra a Pobreza Pela Promoção do Bem-Estar Rural: Estudos de Casos em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique*. Edição, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Departamento de Cooperação.
- ACP-Observatório das Migrações, Relatório do País Guiné-Bissau, (Online). Disponível em: <http://www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/Guinea%20bissau%20final%20layout.pdf>, consultado a 30 de Maio de 2015, às 19h:30
- AD-Ação Para o Desenvolvimento (Parceiros), (Online). Disponível em: [http://adbissau.adbissau.org/wp-content/uploads/2011/08/AD\\_Parceiros2008.pdf](http://adbissau.adbissau.org/wp-content/uploads/2011/08/AD_Parceiros2008.pdf), consultado a 7 de Julho de 2015, às 14h:15
- Albuquerque, Rosana, Lígia Évora Ferreira e Telma Viegas (2000), *O fenómeno Associativo em contexto Migratório: Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*. Celta.
- Amaro, Rogério Roque (2003), “Desenvolvimento-um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria”. *Cadernos de Estudos Africanos*. 4.
- Amaro, Rogério Roque. Henriques, Maria Clementina e Vaz, Maria Teresa (1992), *Iniciativa de Desenvolvimento Local*. I.S.C.T.E /I.E.F.P.
- Barata, Óscar Soares e Sónia Infante Girão Frias Piepoli (2001), *Populações, Ambiente e Desenvolvimento em África*. Lisboa: ISCSP.
- Barros, Miguel de (2011), Associativismo Juvenil Enquanto Estratégia de Integração Social: o caso da Guiné-Bissau. In *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos* (Online). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2271>, consultado a 15 de Julho de 2015, às 13h:15
- Cabral, Jorge (1989), “A política externa da Guiné-Bissau”. *Soronda – Revista de Estudo guineenses*.
- Cardoso, Fernando Leonardo (2002), “Subsídios para o Estudo do Movimento Migratório na Guiné-Bissau”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. Nova série, 3
- Carreiro, Maria João (2007), “Dinâmicas Transnacionais Protagonizados por Associações de Migrantes Guineenses em Portugal”. *CIES e – Working Paper* N° 26/2007, (Online). Disponível em: [http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP26\\_Carreiro\\_.pdf\\_](http://www.cies.iscte.pt/destaques/documents/CIES-WP26_Carreiro_.pdf_), consultado a 23 de Julho de 2015, às 20h:00

- Carvalho, Clara (2010), *In Another Way to Development? The Role Of Migrant Associations in Guinea-Bissau*.
- Castles, Stephen (2005), *Globalização, Transnacionalismo E Novos Fluxos Migratórios: Dos Trabalhadores Convidados Às Migrações Globais*. Fim de Século-Edições.
- Có, João Ribeiro Butiam (2004), As Associações das Comunidades Migrantes em Portugal e a sua Participação no Desenvolvimento do País de Origem: o caso guineense. *Instituto Superior de Economia e Gestão – Socius Working Papers*, 12/2004, (Online). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/2038>, consultado a 17 de Julho de 2015, às 19h:00
- Conterato, Marcelo António, e Filipe, Eduardo Ernesto (2009), *Teorias do Desenvolvimento*. 1ª edição. UFRGS, (Online). Disponível em: [https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=-xLfZHgvynEC&oi=fnd&pg=PA25&dq=teoria+do+desenvolvimento&ots=d-w2nQGMMq&sig=MNDPCehDQTFQbQNwByH4tAQhOv8&redir\\_esc=y#v=onepage&q=teoria%20do%20desenvolvimento&f=false](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=-xLfZHgvynEC&oi=fnd&pg=PA25&dq=teoria+do+desenvolvimento&ots=d-w2nQGMMq&sig=MNDPCehDQTFQbQNwByH4tAQhOv8&redir_esc=y#v=onepage&q=teoria%20do%20desenvolvimento&f=false), consultado a 17 de Junho de 2016, às 22h:00
- Eisenstadt, S. N. (1991), *A Dinâmica das Civilizações: Tradição e Modernidade* Edições Cosmos.
- Faria, Raquel (WP111/2012). *O Desenvolvimento do Setor Educativo Africano como Prioridade da APD Portuguesa (1998-2011)*, (Online). Disponível em: [http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc\\_trabalho/WP111-1.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/WP111-1.pdf), consultado a 20 de Junho de 2015, às 10h:45
- Faria, Raquel (WP133/2015). *As Convenções de Yaoundé e de Lomé como Primeiros acordos de Cooperação entre os Continente Europeus e Africanos*. *Working Papers CEa*, (Online). Disponível em: [http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc\\_trabalho/WP133.pdf](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/WP133.pdf), consultado a 25 de Junho de 2015, às 15h:30
- Fauré, Yves-A e Lia Hasenclever (2005), *O Desenvolvimento Local no Estado do Rio de Janeiro – Estudos Avançados nas Realidades Municipais*. E-papers Serviços Editoriais Ltda.
- Figueiredo, Joana Miranda (2005), *Fluxos Migratórios e Cooperação para Desenvolvimento: Realidades Compatíveis no Contexto Europeu*. Tese, Edição: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME). Primeira edição.
- Governo da Guiné-Bissau (Online). Disponível em [http://www.gov.gw/index.php?option=com\\_content&view=article&id=393&Itemid=1804&lang=t](http://www.gov.gw/index.php?option=com_content&view=article&id=393&Itemid=1804&lang=t), consultado a 1 de Maio de 2015, às 11h:00

- Guimarães, Sérgio António Ferreira (2007), *A Cooperação Europeia com países Africanos Politicamente Frágeis no Âmbito do acordo de Cotonou*. Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Centro de Documentação e Informação.
- Horta, Ana Paula Bela. Quintino, Maria Celeste Rogado. *Revista Migrações - Número Temático: Associativismo Imigrante*, (Online). Disponível em: [http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista\\_6/Migr6.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_6/Migr6.pdf) , consultado a 19 de Julho de 2015, às 19h:00
- Instituto Nacional de Estatística - Guiné-Bissau, (Online). Disponível em: <http://guineabissau.africadata.org/pt/Map>, consultado a 1 de Maio de 2015, às 13h:20
- Lopes, Carlos (1982), *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Edições 70.
- Machado, Fernando Luís (1997), Contornos e especificidade da imigração em Portugal. *Sociologia. Problemas e Práticas*, 24, 9-44, (Online). Disponível em: <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/16/155.pdf> , consultado a 2 de Maio de 2015, às 17h:10
- Machado, Fernando Luís (2002), *Contraste e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Manual de Investigação sobre as Migrações: Migrações Sul-Sul e Desenvolvimento (2011), ACPO BS/2011/PUBO1. *Observatório ACP das Migrações*, (Online). Disponível em: <http://www.acpmigration-obs.org/sites/default/files/PT-Obs-ACP-Manual-%20Investig-Final-06112012.pdf> , consultado a 5 de Maio de 2015, 14h:30
- Maurice-Saint, Ana de (1997), *Identidades Reconstruídas: Cabo-Verdianos em Portugal*. Oeiras: Celta editora.
- Meier, Gerald M. e Robert E. Baldwin (1968), *Desenvolvimento Economico: teoria, história política*. São Paulo: Editora Mestre Jou
- Programa Gulbenkian (2006), *Migração e Políticas de Desenvolvimento no Quadro de CPLP: As Diásporas como Agentes para o Desenvolvimento. Seminário 6 de Junho 2006*. Fórum Gulbenkian Imigração, (Online). Disponível em: [http://www.gulbenkian.pt/media/files/FTP\\_files/pdfs/OIM2.pdf](http://www.gulbenkian.pt/media/files/FTP_files/pdfs/OIM2.pdf) , consultado a 6 de Maio de 2015, às 12h:20
- Milando, João (2005), *Cooperação Sem Desenvolvimento*. Lisboa: ICS. – Imprensa de Ciências Sociais. – Estudos e Investigação..

- Monteiro, César Augusto (1997), *Comunidade Imigrada. Visão Sociológico, O Caso Da Itália*. S. Vicente: Edição do Autor.
- Pires, Rui Pena (2003), *Migrações e Integrações: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Oeiras: Celta Editora.
- Programa Indicativo de Cooperação – Cooperação Portuguesa – IPAD. Portugal: Guiné-Bissau [2008-2010]*, (Online). Disponível em: [http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/pic\\_guine\\_08\\_11.pdf](http://d3f5055r2rwsy1.cloudfront.net/images/cooperacao/pic_guine_08_11.pdf), consultado a 11 de Julho de 2015, às 18h:00
- Relatório do Desenvolvimento Humano* (1997). Lisboa: Trinova Editora.
- Relatório do Desenvolvimento Humano* (2009).
- Revista - Anuário 2000. Número 720. África Hoje: Diretório de Consulta do Continente Africano.
- Rolo, José Manuel (1986), *Redescobrir a África – A cooperação portuguesa no contexto da cooperação internacional para o desenvolvimento*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Sangreman, Carlos (2010), *A Cooperação Descentralizada e as dinâmicas de mudança em países africanos – os casos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau*. CEsa e ACP.
- Sangreman, Carlos, Estêvão, João, Abreu, Alexandre, Carreiro, Maria João e Jr, Fernando Sousa. Avaliação do Potencial de Desenvolvimento da Diáspora da Guiné-Bissau em Portugal e França, *Organização Internacional das Migrações* (Online). Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/templates/cesa/images/OIMpt.pdf>, consultado a 31 de Maio de 2015, às 20h:10
- Sen, Amartya (1999), *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Gradiva.
- Siedenberg, Dieter Rugard (2004), *Desenvolvimento-ambiguidades de um conceito confuso*. Unijui. (Online). Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/87/44>, consultado a 18 de Junho de 2016, as 22h:15
- Silva, J. Amado, Luís Amado e Celeste Long (2007) *Economia do Conhecimento: Desenvolvimento Económico E Social*. Porto: SPI-Sociedade Portuguesa de Inovação.
- The World Bank. *Aspetos Gerais da Guiné-Bissau*, (Online). Disponível em: [http://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview&usg=ALkJrhitun4P0\\_xEIHdvLkqvr8VFKtRFjQ](http://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview&usg=ALkJrhitun4P0_xEIHdvLkqvr8VFKtRFjQ), consultado a 25 de Maio de 2015, às 18h:00

- Trindade, Maria Beatriz Rocha (1995), *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Viegas, José Manuel Leite (1986), “Associativismo e Dinâmica Cultural”. *Sociologia Problemas e Práticas*, 1, 103-121.
- Viegas, Telma Maria Canteiro V. (1998), *Migrações e Associativismo de Migrantes: Estudo do Caso Timorense*. Lisboa: Universidade Aberta.



# ANEXOS

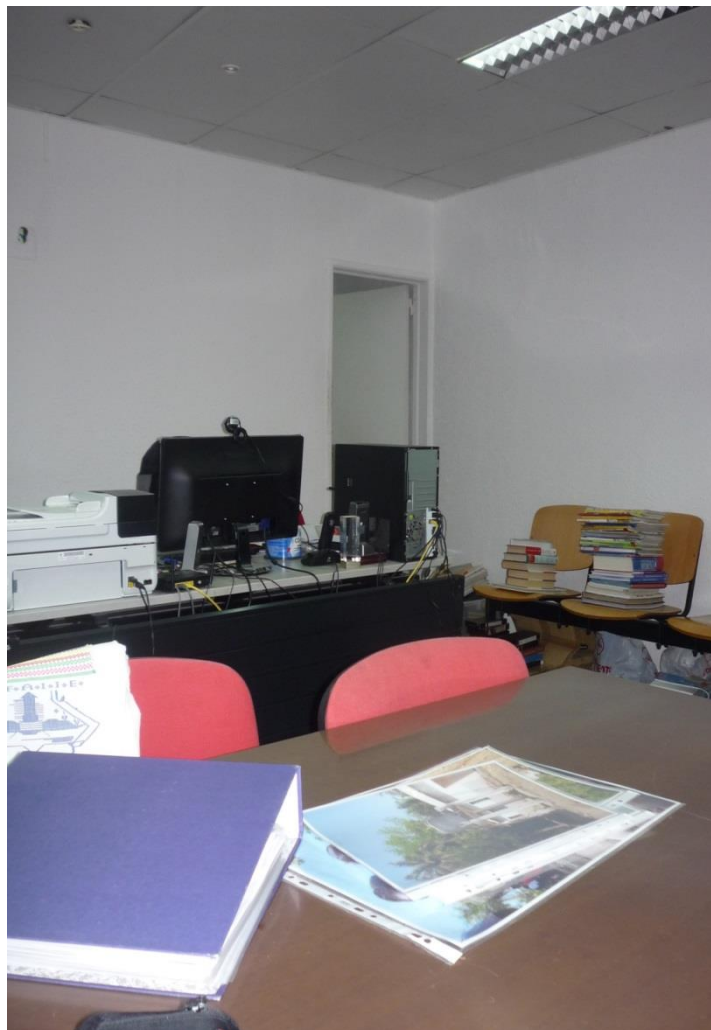
## Anexo A



**A.F.A.I.J.E.**  
**NÚCLEO DE PORTUGAL**



**Anexo B – Escritório da associação AFAIJE - espaço da reunião do Conselho Diretivo.**





**Anexo C**

- Escritório da associação AFAIJE - espaço da reunião do conselho directivo.



## **Anexo D**

- Centro de Saúde da Ilha de Jeta.

Fonte: <http://afaijeportugal.blogs.sapo.pt/>





**Anexo E**

- Sede da Associação Filhos e Amigos de Bachil (A.F.A.B)



**Anexo F**

- Sede da Associação Filhos e Amigos de Bachil (A.F.A.B) - Escritório.





## Anexo G

- Sede da Associação Filhos e Amigos de Bachil (A.F.A.B) - Escritório.



**Anexo H**

- Sede da AIGAST – Escritório.



**Anexo I**

- Escritório da AIGAST.





## Anexo J

- AIGAST-Loja de roupas seminovas a venda ao preço social.



## Anexo K

- AIGAST – Loja de Calçados seminovos a venda ao preço social.





## Anexo L

- AIGAST – armazém - Banco Alimentar.



### **Anexo M**

- AIGAST – Armazém de móveis usados e restaurados para a venda, a preço social.

**Nota:** Não foi possível ter as imagens das outras associações, uma vez que nem todas possuem sede. Noutros casos, as entrevistas decorreram fora do espaço geográfico da sede.

## **Anexo O. Emissão de Informação aos Entrevistados.**

### **Emissão de informação**

Esta entrevista enquadra-se no estudo desenvolvido para a elaboração de uma dissertação de mestrado em Estudos de Desenvolvimento, especialidade Diversidades locais e Desafios Mundiais, no ISCTE-IUL (Instituto Universitário de Lisboa), Escola de Ciências Sociais e Humanas.

O objectivo do estudo é perceber o impacto da diáspora guineenses no apoio ao desenvolvimento, principalmente o papel de associativismo de imigrantes guineenses em Portugal nos projectos de cooperação para o desenvolvimento em prol do bem-estar das populações do país de origem.

Solicito a sua participação neste estudo, em nome da associação que representa, através da realização de uma entrevista com gravação áudio. Comprometo-me a assegurar a confidencialidade das informações recolhidas, e que as mesmas se destinam apenas ao objectivo académico referido.

Comprometo-me a entregar uma cópia do estudo em versão digital quando este estiver concluído.

Apresento o meu sincero agradecimento pela sua colaboração neste estudo.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## Perfil do Entrevistado

Nome \_\_\_\_\_

Data de Nascimento \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nível de Escolaridade \_\_\_\_\_

Núcleo de Associação: \_\_\_\_\_

Função a Desempenhar \_\_\_\_\_

## **Anexo P. Guião da Entrevista Aplicados aos líderes de associações.**

### **Guião de Entrevista**

#### **Iª Parte**

##### ***Histórico da Associação***

- 1- Fala-me um pouco da ideia da formação da associação?
- 2- Quais são os objetivos da associação?
- 3- Associação é composta por quantos membros?
- 4- Fala-me um pouco de perfis dos associados?
- 5- Quais são as áreas da intervenção da associação?
- 6- Associação tem a sede própria? Se sim, como foi concedida? Não, porquê?
- 7- Qualquer pessoa pode fazer parte da associação? Mesmo que não pertence país, localidade ou região da intervenção da associação?
- 8- Associação conta com os diferentes membros quer ao nível religioso, étnico e racial? E quais são uma delas? E o mais representativo?



## IIª Parte

### *Dinâmica de Associação e Apoio a Comunidade de Origem no Desenvolvimento*

- 1- Associação trabalha em parceria com as outras associações? Se sim, em que áreas?
- 2- Quais são os parceiros estratégicos (ONGs, associações, instituições) que apoiam associação na execução dos projetos de desenvolvimento local do país de origem?
- 3- Quais são os projetos que já foram realizados pela associação no apoio a comunidade de origem? A execução destes projetos já teve os apoios das ONGs e instituições ligada aos projetos de desenvolvimento?
- 4- Associação já tem futuros projetos que pretende executar? Se sim, em que áreas?
- 5- Associação trabalha em parcerias com os outros representantes do mesmo núcleo de diferentes países? Se sim, como é que funciona a rede associativa?
- 6- Além do apoio extra, como é que associação se financia os projetos de desenvolvimento local na comunidade de origem?
- 7- Associação já teve o apoio de governo do país de origem? Se não, porquê? E ao nível do poder local (comunidade de origem) já teve?
- 8- Aqui no país de acolhimento, o que é que associação tem feito no apoio a integração das comunidades de origem?
- 9- Quais são as dificuldades que associação já teve que enfrentar ao longo dos últimos anos na execução dos projetos no âmbito de desenvolvimento local?
- 10- Até que ponto esta associação é importante no contributo para o desenvolvimento do país de origem?

Nota: Queira comentar algo que não tinha perguntado ao longo da entrevista?

Fim: Muito obrigado.